

# A MEMÓRIA NA INDÚSTRIA DO TURISMO



# A MEMÓRIA NA INDÚSTRIA DO TURISMO

Comissão de Acompanhamento Permanente (CAP):

**Prof. Dra. Aline Coelho Sanches** [orientadora]

**Prof. Dra. Lucia Shimbo**

**Prof. Dr. David Moreno Sperling**

**Prof. Dr. Joubert José Lancha**

Orientador do Grupo de Trabalho (GT):

**Prof. Dr. Paulo Yassuhide Fujioka**

Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo IAU.USP

**Trabalho de Graduação Integrado II**

Dezembro, 2019

**proposta do Museu da Água  
em Póvoa de Varzim,  
Portugal**

**Laura de Freitas Pinheiro**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,  
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS  
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

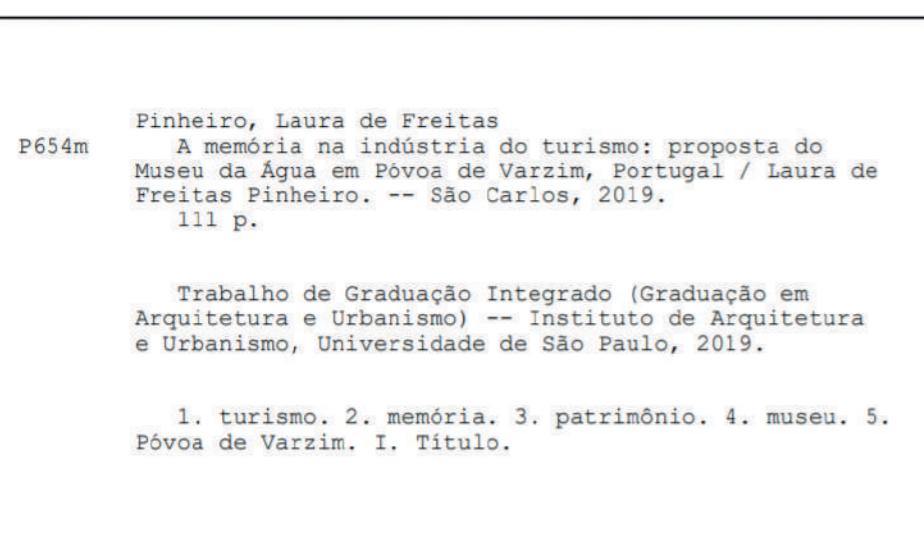
# A MEMÓRIA NA INDÚSTRIA DO TURISMO proposta do Museu da Água em Póvoa de Varzim, Portugal

Trabalho de Graduação Integrado apresentado ao Instituto de  
Arquitetura e Urbanismo da USP – Campus de São Carlos

**Laura de Freitas Pinheiro**

### Banca Examinadora

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)



Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:  
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

**Aline Coelho Sanches**

Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP São Carlos

**Paulo Yassuhide Fujioka**

Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP São Carlos

**Angelo Lorenzi**

Dipartimento di architettura, ingegneria delle costruzioni e ambiente costruito - Politecnico di Milano, Polo di Mantova

**Aprovado em:**

## Agradecimentos

À minha mãe, Rose, que me ensina todos os dias a enfrentar os desafios necessários pra se desbravar o mundo.

Aos meus irmãos que, mesmo do outro lado do Oceano Atlântico, sãos meus maiores fãs.

Ao Tiago, que nunca mediu esforços pra me ajudar e me ver sorrir.

Aos meus amigos feitos no IAU, um dos motivos desses 5 anos terem valido a pena.

E aos professores que me auxiliaram neste percurso, principalmente meu orientador Paulo Fujioka, que com sua memória impecável me mostrou o melhor entre os mundos museológico e arquitetônico; e à Aline Coelho, que, além de me orientar há 3 anos, me inspira com seu exemplo de mulher e profissional.

# RESUMO



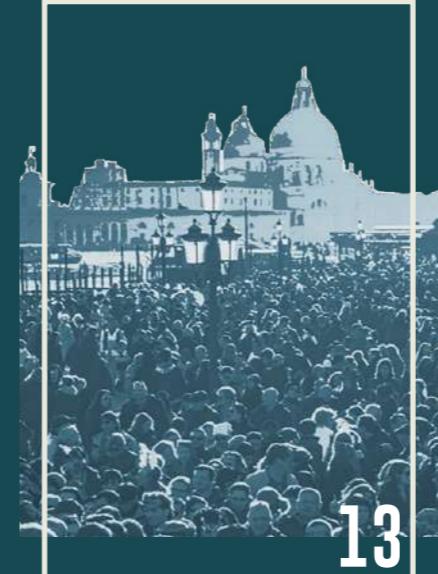
O trabalho aqui apresentado expõe alguns questionamentos acerca do atual papel da cultura e, em específico, dos patrimônios imaterial e histórico edificados no processo de globalização, assim como do exponencial crescimento da indústria do turismo.

As questões levantadas a partir desta discussão inicial puderam ser estudadas com maior profundidade na cidade de Póvoa de Varzim, norte de Portugal, que tem, no turismo balnear e em suas atividades relacionadas, a base de sua economia.

O estudo realizado resgata a história da conformação da cidade litorânea de Póvoa de Varzim e analisa, no seu núcleo urbano, a situação atual dos equipamentos culturais que tratem desta memória. Assim, uma narrativa pode ser reconstruída e foi possível criar uma proposta de expansão e consolidação de uma rede de equipamentos culturais e educacionais na cidade. O projeto do Museu da Água, aqui apresentado, é, portanto, uma tentativa de revelar o papel expressivo que relação da cidade com a água teve, ao longo dos séculos, na cultura poveira, com enfoque na recuperação da memória de um grupo social que deu origem a esta cidade, relacionado à pesca, mas que não é mais seu protagonista.

**Palavras-chave:** Póvoa de Varzim; patrimônio; turismo; memória; museu.

# ÍNDICE



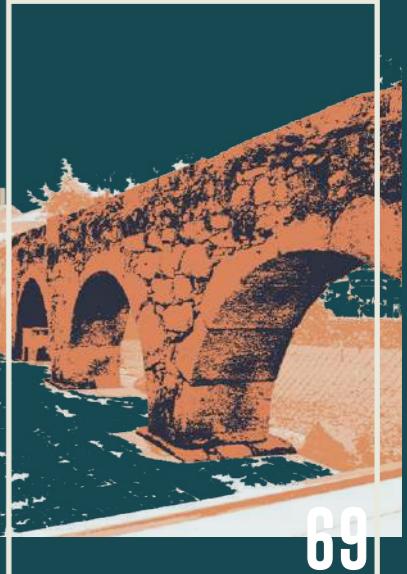
13

premissas



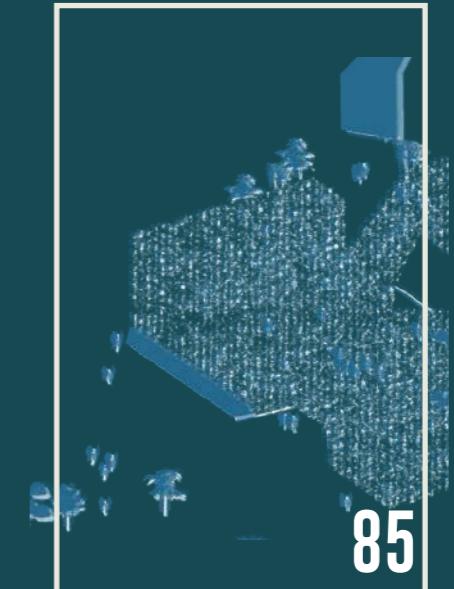
27

cenário



69

recorte



85

proposição



111

referências

O patrimônio na globalização

O patrimônio como instituição museológica

O museu como propulsor de experiências

# PREMISSAS



Figura 01 - Veneza, Itália

“Não estava em questão a normalização, mas uma assimilação seletiva [...] do que, vindo de fora, era suscetível de enriquecer a identidade cultural das sociedades referidas. Doravante, nós vivemos um processo de normalização, sinônimo de perda e cujo horizonte é uma sociedade mundial” (CHOAY, 2011, p.40).

## O patrimônio na globalização

Iniciada na década de 1950, a **globalização**, ou revolução eletró-temática, como Choay (2011)<sup>1</sup> aborda em sua obra, é identificada como uma **revolução cultural** de incalculáveis reverberações. Os principais efeitos são apontados: enfraquecimento da relação mantida pela mediação do corpo com o mundo concreto da terra e dos seres vivos; a **obsolescência** do homem; a desinstitucionalização latente em benefício de uma pseudoliberdade individual; a ruptura com a duração e o uso da memória viva, a favor da **instantaneidade**. É por meio destes fatores que se origina a principal questão que norteia este trabalho: a **normalização das culturas** em detrimento das suas diferenças, tendo o empobrecimento cultural como palco de um espetáculo.

Montaner e Muxí (2014)<sup>2</sup> auxiliam no entendimento deste processo. O mundo global exige que cada cidade seja definida, caracterizada, e especializada, mas, ao mesmo tempo, esquematizada e simplificada para que seja objeto de desejo e de investimento, e mais facilmente transmissível e digerível como tal. Ou seja, a **cidade também entrou na lógica da indústria do consumo cultural**, virou objeto do turismo de massas e do investimento imobiliário, tornando-se um **objeto de consumo** e espaço comercial. Quanto maior for a presença global, maiores serão os investimentos e o turismo, e maior pressão haverá em direção à homogeneização.

<sup>1</sup> CHOAY, Françoise. *As questões do património: antologia para um combate*. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2011.

<sup>2</sup> MONTANER, Josep; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. Barcelona: Editora G.Gili, 2017.



Figura 02 - Pisa, Itália

Porém, Lévi-Strauss<sup>1</sup> afirma que não pode haver uma civilização mundial, “uma vez que a **civilização implica a coexistência de culturas** ao oferecer entre elas o máximo de **diversidade** e que consiste mesmo nesta coexistência”. Os efeitos desse processo no patrimônio são evidentes, pois trata de um **apagamento intencional de memória real** para a substituição por memórias temáticas estabelecidas, **fragilizando toda e qualquer rede social e comunitária** que poderiam se opor a determinados projetos urbanos e, portanto, econômicos. (MONTANER; MUXÍ, 2014).

O patrimônio passa a ter seu valor econômico exacerbado e ser um agente articulador de realidades e políticas. Desde 1964, na França, é possível perceber a coagulação de centros e tecidos antigos tal como são em si, por meio da Lei Malraux. A Classificação de Patrimônio Mundial da UNESCO, que existe desde 1972, definida pela Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, também se insere neste contexto, pois, além de contribuir para a **museificação<sup>2</sup> de áreas urbanas**, exponencia a



Figura 03 - Museu do Louvre, salão da Mona Lisa

<sup>1</sup> LÉVI-STRAUSS apud CHOAY, 2011, p.40

<sup>1</sup> CHOAY, 2011, p. 48

<sup>2</sup> Para Montaner e Muxí (2014), **tematização** deve ser entendida como resultado do turismo de massa, da perda de memória crítica, uma simplificação

comercialização patrimonial, estabelecendo a **complexa relação da indústria cultural e a do turismo**. Choay (2011) afirma que a proteção institucional tende à museificação, que não é prejudicial somente aos visitantes, que são “ao mesmo tempo enganados quanto à natureza do bem a consumir e colocados em condições de amontoamento e ruído totalmente impróprias a qualquer deleite intelectual ou estético”<sup>1</sup>. Mas conduz também frequentemente à destruição dos lugares classificados, pois a **tematização<sup>2</sup>** de cidades ou bairros exige a máxima facilidade de compreensão para o visitante, o que implica **simplificar a complexidade da própria história para oferecer um discurso rapidamente transmissível**. É preciso oferecer facilidades para se percorrer a cidade em poucos itinerários turísticos, e deve haver o predomínio da oferta hoteleira e seus derivados, promovendo a tipologia do hotel como objeto autônomo, estranho ao tecido urbano e social onde se situa.

As cidades se vêem pressionadas a tematizar-se e museificar-se, e frequentemente ambos os processos se misturam e se confundem potencializando a **cidade com mero shopping center ao ar livre**. Desculpas como o turismo e as obras dos chamados Starchitects servem para mascarar a especulação, que nada mais vislumbra além da **conquista do tecido urbano central estratégico**. É importante notar que a indústria turística utiliza, em suas estratégias, mecanismos similares aos empregados pelos promotores de urbanizações fechadas. A lógica dominante nos setores financeiro e imobiliário, da qual fazem parte os grandes operadores turísticos, não se satisfaz com a construção de seus novos sistemas de transporte, turismo e investimentos. A **destruição de preexistências naturais e urbanas é necessária**, fazendo com que estas, em uma etapa prévia, fiquem obsoletas e se degradem até que não reste outra saída que a de eliminá-las, a fim de se criar o marco zero a partir do qual se iniciará a **infraestrutura turística**.

Exemplos clássicos de cidades museificadas, ou que possuem bairros como parques temáticos globais panorâmicos, são Veneza, Florença, Praga e Barcelona. Curiosamente, cidades europeias que apresentam hoje um crescente movimento contra o turismo, evi-denciando a extrema complexidade dos processos gerados por essa crescente indústria, pois

“[...] é o fenômeno que melhor sintetiza as contradições da sociedade contemporânea, as tensões que se produzem quanto à escolha entre o global e o local, entre a homogeneização e a manutenção da memória viva, entre o consumo e a cultura, entre a tendência para o monocultivo do setor de serviços e uma real e sustentável transformação produtiva, entre os bens escassos e seu consumo” (MONTANER; MUXÍ, 2014, p.143).

É evidente, portanto, que o funcionamento da lógica do turismo globalizado e financeiro é insustentável, uma vez que, no caso das características da cidade, destrói sua própria razão de



Figura 04 - Protesto contra o turismo em massa, Barcelona



Figuras 05 - Veneza, Santorini e Roma

ser. Os resultados desse fenômeno podem ser diversos, pois é possível que haja cidades onde predominam os museus, como Londres, Paris, Helsinque. Se, entretanto, **esses museus são ativos e mantêm relações com os interesses culturais dos cidadãos – integrando e respeitando o entorno social e cultural existente – a cidade não se museifica, nem se tematiza**. Essa é a alternativa, apontada por Montaner e Muxí (2014), para que se consiga que os tecidos humanos históricos não sejam fagocitados pelo sistema turístico, e seus habitantes não sejam expulsos de suas residências, ou seja, conseguir que a administração e os operadores turísticos invistam na qualidade de vida desses lugares, por meio de cotas, impostos e taxas. Isso quer dizer que **os benefícios do turismo devem ser repartidos entre todos e todas**, poten-cializando lógicas de redistribuição do suces-so. Deve-se construir **instalações específicas para a vida cotidiana** – como creches, centros de assistência primária, bibliotecas, escolas para adultos – **que complementem as instalações genéricas** (museus e insti-tuições) já existentes nesses bairros. As inter-venções devem ser concebidas com o intuito de se destinar à comunidade, e não somente ao turista.

Assim como Montaner e Muxí (2014), Choay (2011) conclui e julga necessária uma

**tomada de consciência, uma resistência e um combate.** Mas diferentemente desses dois primeiros autores, volta seus esforços para outra abordagem, mais específica, defendendo três frentes de luta: a **educação e formação**; utilização ética das nossas heranças edificadas, como uma reconquista da competência de edificar e habitar um patrimônio contemporâneo e inovador na continuidade do antigo, reapropriando e reutilizando, sistematicamente, a fim de arrancar os locais e os edifícios antigos ao gueto museológico e financeiro, e **reverter o quadro de comercialização do que hoje é chamado de patrimônio**; e a **participação coletiva na produção de um patrimônio vivo**, reprendendo a inscrever as problemáticas da sociedade atual à escala e na base de uma herança local que busquem novas entidades, que as encontrem e continuem a enriquecer a hierarquia das identidades regionais e nacionais.

## O patrimônio como instituição museológica

Como processo cada vez mais comum na área do patrimônio, a **musealização de monumentos históricos** pode oferecer uma alternativa para a administração do patrimônio existente, fazendo alusão aos pontos elaborados anteriormente por Choay (2011), que se referem à tomada de consciência, à resistência e ao combate. Para a compreensão e estudo das instituições museológicas e seu potencial como elemento de resistência, é necessário assimilar o processo de suas constituições e de seus respectivos acervos, seus espaços e seu conjunto patrimonial.

No Brasil, a Lei nº 11.904/2009 instituiu o **Estatuto de Museus**, e, dentre várias providências, o art. 32 estabelece que os museus deverão elaborar e implementar programas de ex-

**“A história, paralela e solidária, do museu e do monumento histórico é esclarecedora, particularmente quanto à etnicidade das duas noções e das práticas que engendram”** (CHOAY, 2011, p.26).

<sup>1</sup> BRASIL, 2009.

posições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico, ou seja, um **Plano Museológico**, que nada mais é do que “uma ferramenta básica no planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento”<sup>1</sup>.

Por meio deste instrumento, o **caráter abrangente que uma instituição museológica deve propor** é respaldado, portanto, a partir de uma criação e de um desenvolvimento participativos, e esse Plano interdisciplinar deve abordar alguns programas, como: o institucional, o de gestão de pessoas, acervos, exposições, os planejamentos educativo e cultural, o programa de pesquisa, os programas arquitetônico e urbanístico, estratégias de financiamento e fomento, comunicação e acessibilidade. É um instrumento válido já que, no programa arquitetônico e urbanístico, deve abordar questões intrínsecas à **adaptação de um espaço existente a um museológico** e aos desafios que qualquer instituição museológica assume, como a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e dos construídos, bem como das áreas em torno da instituição. Com a descrição dos espaços e instalações adequados ao cumprimento de suas funções, deve indicar os aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência.

O Plano também aponta a **necessidade de se analisar as individualidades da localidade em que os museus se inserem**:

**“[...] ressalta-se que o termo urbanístico amplia o entendimento inicial do Programa de Arquitetura para museus, tornando explícito que, desde a sua concepção, o espaço do museu não pode ser considerado encerrado em si mesmo, pois está inserido em um contexto urbano mais amplo, com o qual interage e interfere. [...] Não há mais espaço para a separação entre museu e comunidade, museu e sociedade e, consequentemente, entre museu e cidade”** (PEREIRA; KIMURA apud IBRAM, 2016).

Como discutido no Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas (2006), a “visão ativa de **museu como instituição comprometida com a dinâmica cultural da sociedade** é fundamental para criar laços com a comunidade intelectual e com o público em geral”. Sendo assim, a consonância das políticas públicas a respeito do tema com as atuais políticas culturais e ações educativas das instituições é peça chave no estudo do significado que os museus vêm exercendo ao longo de sua história nos seus contextos urbanos. O museu, como espaço múltiplo, permite uma **troca constante de conhecimentos, experiências e vivências**. Isso é educar, e aí se encontram a dimensão e o **compromisso social dos museus**. É partindo dessa ideia que o Estatuto de Museus afirma, em seu art. 29, que “os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação”.<sup>1</sup>

A **educação museal pode ser vista como formadora e mediadora da relação entre sujeito, memória e bem musealizado e/ou patrimonializado**, reforçando, assim, a construção e a preservação da identidade partilhada por um grupo, comunidade ou sociedade, valorizando-os na diversidade. A partir das discussões acerca do trabalho com a memória e a cultura, que resultaram na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, e seus desdobramentos, a educação museal assume um novo compromisso com a realidade social e com as transformações contemporâneas. O **museu se torna instrumento de desenvolvimento social e do exercício da cidadania**. E, ao seu lado, está o novo conceito de museologia social, que **valoriza os seres humanos como sujeitos participativos, críticos e conscientes da sua realidade**, ultrapassando, assim, a valorização da cultura material desvinculada da realidade social, evocando, por consequência, o repensar do campo epistemológico, metodológico, profissional, do caráter interdisciplinar e do próprio conceito de patrimônio (ANTUNES, 2017; IBRAM, 2007).

<sup>1</sup> Lei nº 11.904, 2009.

## O museu como propulsor de experiências

Para Montaner (2003), os *novos museus* são aqueles **obrigados a lidar com a consolidação da cultura pós-moderna do ócio e a indústria cultural dentro da sociedade pós-industrial**, a partir da década de 1980. São instituições que reconheceram a necessidade de multiplicar seus serviços oferecidos, com exposições temporárias e locais para consumo. É diante desse cenário de reformulação que os próprios museus sofrem, na medida do novo contingente de visitantes-consumidores, que a discussão entre o museu como espaço cultural e educativo e o museu como espaço de diversão e lazer é considerada profunda e conflituosa. E se ramifica em diversos campos, como o arquitetônico, museológico, turístico e econômico.

Essas mudanças podem ocasionar uma **estetização presente na própria arquitetura dos museus**, resultando em uma



Figura 06 - Museu Guggenheim Bilbao, Espanha

arquitetura que cada vez mais se apresenta como um valor em si mesmo, como uma obra de arte, como algo a ser apreciado como tal, e não apenas como uma construção destinada a abrigar obras de arte (ARANTES, 2008). A transformação da arte que se quer ela própria cada vez mais na **escala das massas**, na exata medida do consumo de uma sociedade afluente, vai ao encontro do desenvolvimento do campo museal global, com suas políticas públicas brasileiras e internacionais, evidenciadas pela inauguração paulatina de **centros culturais como estratégias de revitalização urbana nas cidades globais**.

Em consonância, ao considerar o **estudo da subjetividade individual**, o papel do arquiteto se torna muito mais abrangente. Paul Valéry (1999) questionava os limites da arquitetura com os “edifícios que cantam”, ou seja, edificações que cumprem o seu programa e, mais do que isso, nos encantam com o que sua arquitetura tem a dizer. Desta forma, o autor abre espaço para o debate sobre o real papel da **arquitetura como propulsora de experiências estéticas**, contribuindo no estudo aqui desenvolvido para o entendimento da nova relação entre arquitetura, arte, museologia, lugar



Figura 07- Galeria de Museu Judaico, Berlim

e usuário.

A discussão se enriquece quando tratamos da **arquitetura de museus**, pois o museu é, em sua essência, um espaço multifuncional. Nele, objetos e espaços físicos estabelecem distintas relações, possibilitando o desenvolvimento de diversos tipos e níveis de interação entre as pessoas e a sua coleção. Quando se entende e assume-se a **multiplicidade do público visitante, com suas respectivas motivações e à procura de experiências diversificadas**, abre-se o caminho para o pensamento do museu como palco de diversas experiências fornecidas pela expografia e pela arquitetura: experiências sensoriais, emocionais e por que não, físicas. (GONÇALVES, 2009).

Por fim, é importante reconhecer que “as sociedades – tal como todos nós – têm necessidades diversas e a receita de equilíbrio entre as dimensões dos museus, do território e do turismo, **podem não ter uma resposta comum**”<sup>1</sup>. Cada museu é único, pois todos eles variam em tamanho, acervo, arquitetura, entorno, recursos humanos e técnicos, tipo de gestão, e principalmente, orçamento. É com a sua comunidade e o seu território que o museu deve estabelecer o diálogo necessário para a **construção do seu próprio significado**.

Como alternativa às frequentes propostas de equipamentos culturais que se descolam do entorno físico, cultural e social, este trabalho entende que a **educação museal e as políticas culturais da instituição museológica são peças-chave** para o restabelecimento da conexão necessária entre arquitetura, memória, cultura, arte e educação. Elas devem ser vistas nada mais como o **papel social que justifica a existência e operacionalidade de um museu**. O projeto aqui desenvolvido se baseia, portanto, em **princípios básicos de respeito ao entorno e à preexistência**, seja relacionado ao público alvo de suas políticas, à expografia utilizada, ao programa de pesquisa, ao sítio no qual se insere, à linguagem arquitetônica adotada e acessibilidade universal. Esse é, certamente, o diferencial demandado por esse contexto de homogeneização e tematização artificial no qual estamos todos inseridos.

<sup>1</sup> GONÇALVES, 2009, p. 7.

Póvoa de Varzim, um destino português de verão  
A cidade e o mar  
Cartografias e leituras de Póvoa de Varzim

# CENÁRIO



27

Figura o8 - Marina de Póvoa de Varzim

# PÓVOA DE VARZIM, um destino português de verão

A cidade portuguesa de Póvoa de Varzim se insere nas questões anteriormente levantadas devido à vocação turística que desenvolveu ao longo dos últimos três séculos, caracterizando-se, hoje, como uma das mais conhecidas cidades balneares do Norte de Portugal (Figura 09).

O município integra a área metropolitana da cidade de Porto, localizando-se a exatos 28 quilômetros da grande cidade (Figura 10). Apesar de ser a sétima maior aglomeração urbana em Portugal e a terceira do Norte, Póvoa de Varzim é um município de pequeno porte e tem um desenvolvimento urbano ainda em vias de consolidação.

Póvoa de Varzim é constituído por doze freguesias (Figura 11), que constituem paisagens urbanas muito diferentes entre si. As freguesias costeiras de Póvoa de Varzim, Aver-o-Mar e Aguçadoura, junto com Argivai e Beiriz, são as que concentram a maior parte da área urbana do município.

Pelo Concelho da Póvoa de Varzim passam dois caminhos em direção a Santiago de Compostela. O Caminho Central percorre a freguesia de Rates, onde se encontra a Igreja Românica de Rates, construída sobre um templo pré-românico do século VIII ou IX e atualmente Monumento Nacional. Já o Caminho da Costa é percorrido por peregrinos que não querem perder a vista do mar, pois atravessa todas as quatro freguesias litorâneas do Concelho.

Além do turismo religioso, Póvoa também observa



uma grande movimentação nos seus meses de verão. A cidade é destino de muitos portugueses (e estrangeiros) na alta temporada, e vê sua população duplicar nessa época do ano, caracterizando a cidade como um dos principais destinos balneares do Norte de Portugal. As belas praias, a infraestrutura viária adequada, as noites no Cassino da Póvoa, as atividades desportivas na costa e a boa oferta de comércio e serviços são perfeitos chamarizes para a cidade.

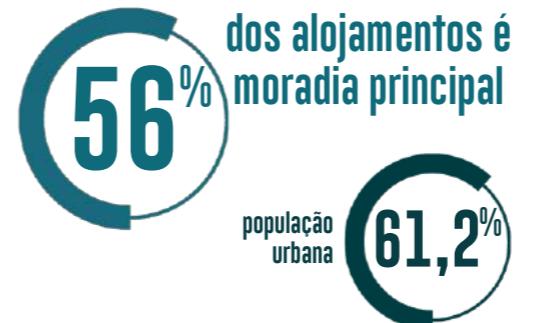


Figura 09 - Gráficos referentes ao Censo de 2011 [elaborado pela autora]



Figura 10 - Mapas da Península Ibérica, Norte de Portugal e do Município



Figura 11 - Imagem de satélite do município

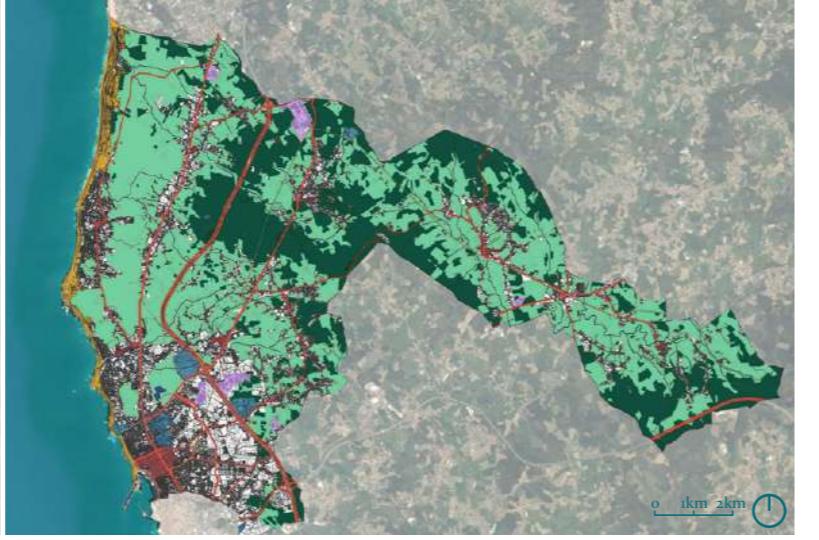


Figura 12 - Mapa de uso do solo do município

- área de uso agrícola
- área de uso florestal
- área de uso urbano
- equipamentos
- praia, vegetação rasteira, rochedo
- centralidades
- indústrias
- principais vias e rodovias

O município possui mais áreas de uso agrícola do que de uso urbano, e isso se torna claro no percorrer do território. Hoje, percebe-se uma maior consolidação da morfologia urbana nas áreas próximas ao mar. A cidade ganha outra paisagem à medida que se avança para o interior. A quantidade de vazios urbanos aumenta gradativamente se percorrermos a cidade neste sentido, resultando em paisagens extremamente rurais, mesmo dentro de sua área urbana.

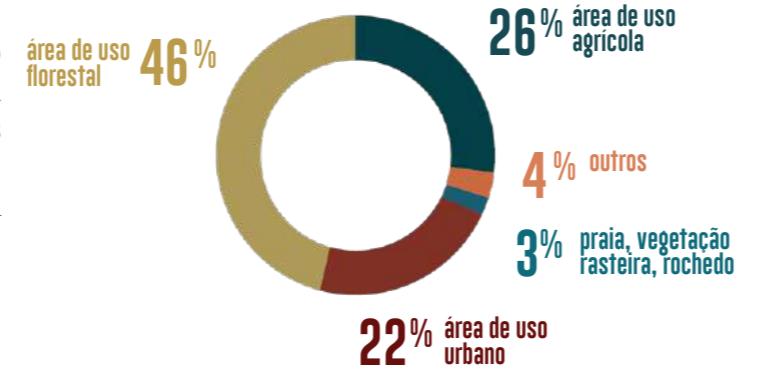


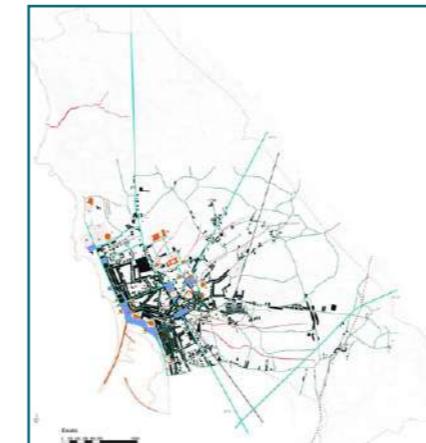
Figura 13 - Gráfico sobre o Uso do Solo [elaborado pela autora]

A relação da população com o mar, que antes se baseava em extração e sustento, tornou-se agora puramente de lazer. Essa longa e vagarosa mudança representa, hoje, um risco para a memória e para a identidade da cidade, pois o número de poveiros que trabalha na área da pesca está sofrendo um decréscimo acentuado ao longo dos anos, enquanto o setor de comércio e serviços ganha cada vez mais espaço na cidade. Dessa forma, as tradições piscatórias estão caindo no esquecimento, visto o distanciamento entre a grande população sazonal (somada às novas gerações) e a cultura da população que foi responsável por dar origem à cidade.

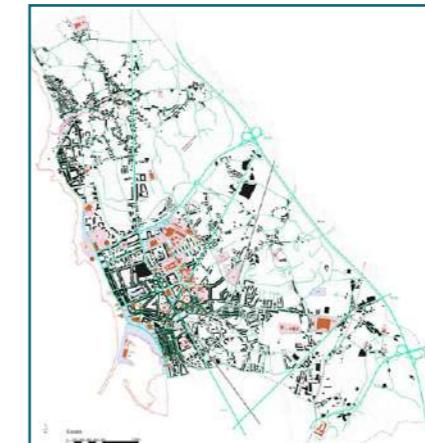
O turismo em Póvoa é extremamente rentável, observando-se um incentivo financeiro muito grande nesse setor e na infraestrutura que ele utiliza, mobilizando uma série de obras públicas – alargamento de vias, construção de estacionamentos, remodelação de espaços públicos de lazer – na região mais consolidada da cidade, na região turística. O boom imobiliário observado nas últimas três décadas também se reflete no desenvolvimento urbano dessa mesma área (Figuras 16), que é a região central da cidade, abrangendo tanto a parte histórica quanto a parte costeira. (MACHADO, 2012)



década de 1980



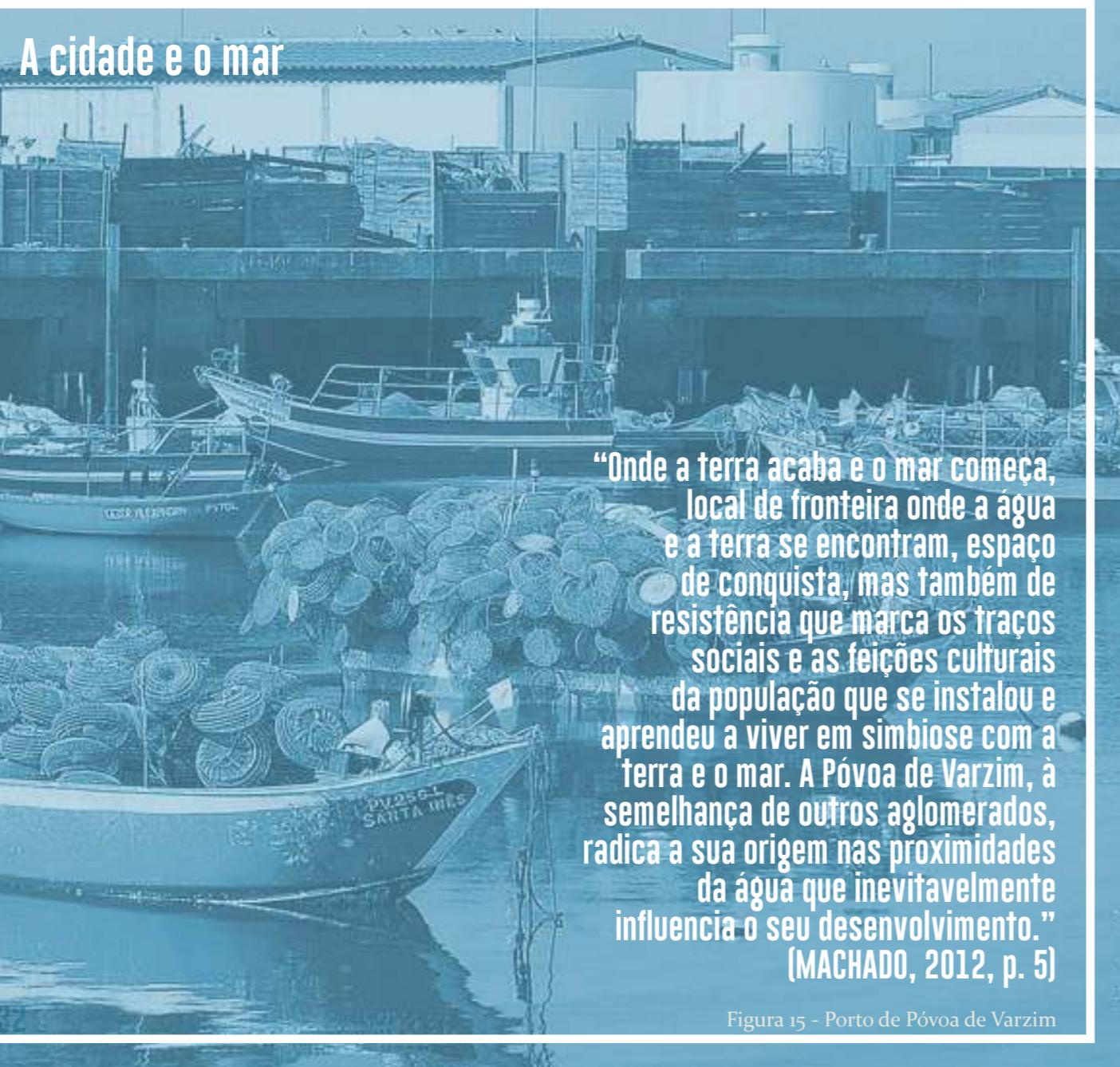
década de 1990



2007



Figuras 14 - Expansão urbana da área central e núcleo fundador da cidade



32



Figura 16 - Mapa de divisão territorial da Villa Veracini

O território, onde hoje se encontra Póvoa de Varzim, teve sua primeira ocupação ainda no período pré-histórico, entre quatro e seis mil anos atrás. Mas o povoamento da Cidade de Terroso (Figura 19), a mais antiga ruína presente no interior do Concelho de Póvoa de Varzim, se deu somente por volta de 900 a.C., na Idade do Bronze. A Cidade desempenhou um papel econômico importante, tendo em vista sua participação em rotas de comércio marítimo e o estabelecimento de relações comerciais com civilizações da antiguidade clássica. Seu sucesso chamou atenção dos romanos, culminando na conquista, em 138 a.C., da cidade. Foi neste período que as atividades de pesca tiveram um maior desenvolvimento, tornando-se base da economia local.

No século XI, a indústria pesqueira e campos férteis formaram a base de um senhorio feudal e Varzim foi disputada entre os senhores locais e regionais, os primeiros reis de Portugal, o que levou à criação da Vila em 1308, denominada Póvoa Nova de Varzim (Figura 18). Essa foi submetida, por um século e

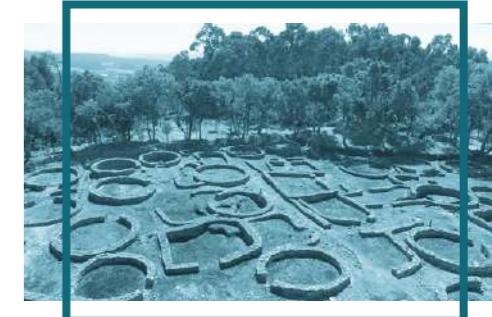


Figura 17 - Imagem aérea das ruínas da Cividade de Terroso



Figura 18 - Igreja Matriz e Praça Velha



Figura 19 - Bairro Sul dos pescadores

meio, ao poder monástico medieval de Vila do Conde, atual município limítrofe a sul. A vila subdividiu-se em dois núcleos: Póvoa de Susão, situada ao norte, era a herdeira da antiga Villa Euracini e estava mais direcionada à prática da agricultura; e Póvoa de Jusão, o núcleo a sul, que se dedicava à atividade marítima, devido à sua proximidade com o porto local.

A “Época dos Descobrimentos” testemunhou o destaque que Póvoa alcançou no país, devido à competência de seus construtores navais e navegantes. Foi em 1514, portanto, que Póvoa adquire seu estatuto de município, pelo Rei D. Manuel I. Porém, foi no reinado de D. João III, em 1537, que a jurisdição do Convento de Santa Clara, em Vila do Conde terminou, incorporando assim na Comarca do Porto. Esse período foi de maior autonomia para a vila, que, na época, possuía quinhentos habitantes. O crescimento da cidade estimulou ainda mais a necessidade de desenvolver as infraestruturas piscatórias, assim como toda a malha urbana. A criação do eixo que ligava a parte histórica da cidade com o porto de pesca marcou o período (Figura 20). A atual Rua da Junqueira começa a abrigar, portanto, novas atividades na cidade, como construção naval e o comércio, mantendo sua característica comercial forte até os dias de hoje. (PEREIRA, 2017)

Durante o século XVII, a indústria de transformação de pescado foi impulsionada, e, assim, Póvoa tornou-se o porto pesqueiro dominante no Norte de Portugal. Nesse cenário de desenvolvimento econômico, sua população duplicou, e houve a demanda de expansão urbana, de modo que os núcleos habitacionais deixaram de se concentrar no interior da cidade e aproximaram-se da faixa marítima.

Assim, durante o século XVIII, a vila ganhou um novo núcleo, o Bairro Sul dos Pescadores (Figura 21), que estava mais direcionado para habitação de muita simplicidade da classe piscatória (Figura 22). Os habitantes se articulam desde então, resultando na primeira obra advinda de esforço econômico dos pescadores: a Igreja da Lapa (igreja ao fundo na imagem de capa deste caderno), em 1770. Porém, o principal

**“Os solos de fraca pendente, com sub-solo granítico e coberto vegetal espesso, compõe uma pequena bacia hidrográfica, são férteis e apresentam condições muito favoráveis para a exploração agrícola sistematizada decorrente da romanização. Mas se a agricultura e a pastorícia são actividades importantes da Villa romana, mesmo situando-se ela no litoral, é o mar que se constitui como principal foco dinamizador da economia da Villa.” (PEREIRA, 2017, p. 37)**

marco que assinalou uma nova centralidade com enorme caráter civil foi a construção do antigo Paços do Concelho, em 1713. A Igreja Matriz, construída no período de 1743 a 1757, juntamente com a antiga sede da Câmara, formam a primeira praça do município (hoje conhecida como Praça Velha), que abrigava o mercado de peixe e de produtos agrícolas cultivados no concelho.

Quando as dimensões da praça não condizem mais com o exponencial desenvolvimento da cidade, os mora-



Figura 20 - Mapa da Vila no século XV



Figura 21 - Mapa do Município no século XVIII

**“Que no Campo da Calssada se construa huma Praça ampla para os mercados e outros logradouros da Povoação e que nella se construão as obras com caças alpendoradas, Arvores, e hum chafariz nomeyo tudo na conformidade da Planta designada pello dito Tenente Coronel”.** (Provisão Régia, 1791)<sup>1</sup>



Figura 22 - Praça do Almada, edifício da Câmara ao fundo

<sup>1</sup> Disponível em: <[https://www.cm-p-varzim.pt/areas-de-atividade/povoacao-cultural/arquivo-municipal-pv/difusao-da-informacao/extensao-cultural/paginas-de-historia-com-estorias/provisao-regia-de-d-maria-i/preview\\_popup/file](https://www.cm-p-varzim.pt/areas-de-atividade/povoacao-cultural/arquivo-municipal-pv/difusao-da-informacao/extensao-cultural/paginas-de-historia-com-estorias/provisao-regia-de-d-maria-i/preview_popup/file)>

Logo após a construção da Praça, a sede da Câmara-Municipal transfere-se para o novo edifício construído na Praça Nova, em 1807, atribuindo um caráter político-administrativo, além do econômico já existente, para a nova centralidade, permanecendo assim até os dias atuais.

Equipamentos outros surgem ao longo do tempo, como o hospital, escolas, teatros, hotéis, mantendo a cidade na vanguarda da época, principalmente após o aparecimento, em 1875, do trem a vapor que interligava Porto a Famalicão e com paragem obrigatória na Póvoa de Varzim (Figura 25).



Figura 23 - Colagem de imagens da Estação de Trem e do Teatro Almeida Garrett

Com o virar do século XX (Figura 27), Póvoa de Varzim encontra o ponto máximo de sua vocação como cidade turística, perfil que vem construindo desde a primeira metade do século XVIII. A talassoterapia (uso da água do mar como forma de terapia) atraía viajantes para a cidade desde que monges beneditinos, em 1725, percorriam grandes distâncias para tomar os “banhos da Póboa”. As águas marinhas da cidade são ricas em iodo, derivado do elevado número de algas que aportam nas praias poveiras, e considerado revigorante, curando problemas de pele e ossos através dos banhos de mar e sol.

A partir do século XIX, classes abastadas do norte de Portugal se tornaram o principal perfil de turistas na cidade, estimulando feições cosmopolitas à região costeira. O surgimento de hotéis, teatros e salas de jogo é exponencial nesse período, assim como a afirmação da burguesia no centro da cidade. Póvoa se tornava, então, o destino de férias mais popular do Norte de Portugal. Seguindo a tendência da época, balneários de banhos quentes surgiram no centro da cidade (Figuras 26). E ainda hoje, na crença popular poveira, acredita-se que a água do mar tem efeitos benéficos, especialmente quando a maré estiver baixa.

O desenvolvimento da pesca no século XVII, da talassoterapia no século XVIII e do lazer balnear no XIX, representou uma grande mudança para a cidade (Figuras 29, 30 e 31), e fizeram com que Póvoa de Varzim, fosse, já no início do século XX, maior que muitas das cidades portuguesas.

**“Quando a maré estiver baixa, toma um banho e mete-te na cama”**

**“Quando a maré estiver baixa, lava a tua chaga e ficará curada”**

(Provérbios poveiros populares)



<sup>1</sup> Período político autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal por 41 anos, desde a aprovação da Constituição de 1933 até a Revolução de 25 de Abril de 1974.

O início do século XX (Figura 28), em Póvoa, contou com a construção de equipamentos urbanos que serviam tanto à população de veraneio, quanto à população local. Apesar disso, a malha urbana neste período não sofre grandes alterações, pois verifica-se um adensamento da região mais próxima ao mar.

É durante o Estado Novo<sup>1</sup> que a cidade observa seu ponto máximo de desenvolvimento urbano. Entre os anos 1930 e 60, observa-se a massificação do turismo balnear na cidade. É sentida a necessidade, portanto, de diretrizes de ocupação do território.

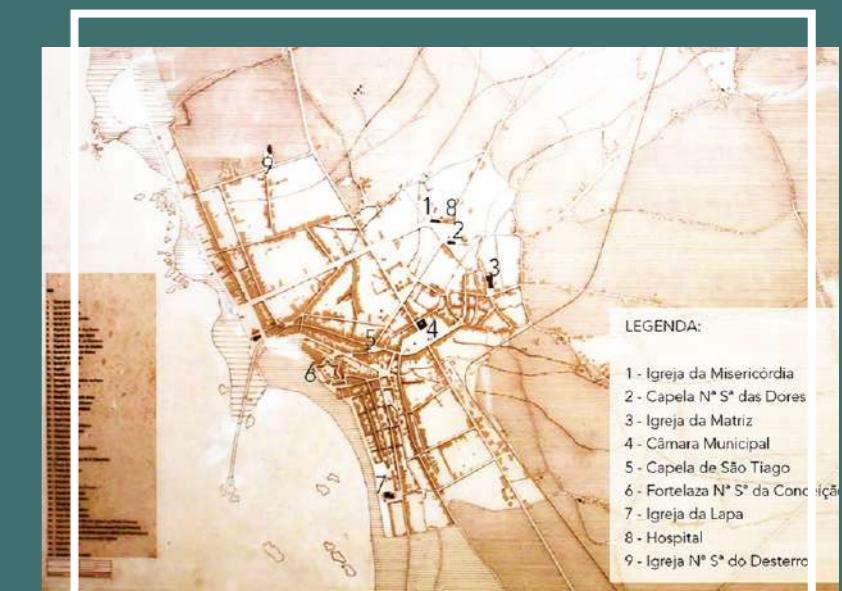


Figura 25 - Mapa do Município na virada do século XIX-XX



Figura 26 - Mapa do Município no início do século XX



Figura 27 - Praia da Póvoa com seu uso inicial: pesca extrativista



Figura 28- Praia da Póvoa com dois usos coexistentes:  
pesca extrativista e turismo balnear



Figura 29 - Praia da Póvoa com seu único uso atual: turismo balnear

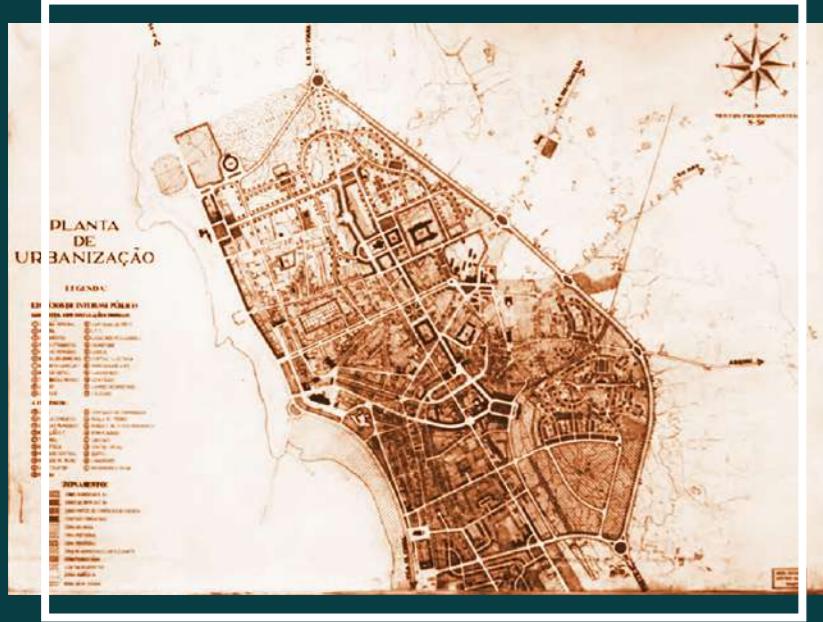


Figura 30 - Ante Plano de Urbanização de 1948

Em 1948, por consequência, foi desenvolvido um dos primeiros planos para a cidade (Figura 32), que incluiu o projeto de moradias sociais, área desportiva na costa (Figuras 38, 39 e 40), porto de abrigo na enseada da cidade, Escola Industrial, entre outras coisas, e assegurou uma expansão controlada para os limites da cidade. É deste Plano de Urbanização que Póvoa colhe frutos até os anos 1970.

Com o fim do Estado Novo, entrou em vigor a democracia, que

**"tinha como principal objetivo a liberdade de expressão, na qual proporcionava o bem-estar do cidadão, onde os horários de trabalho viriam a ser alterados de modo a favorecer a classe trabalhadora. Aqui viria a ser introduzida uma época de férias para todas as classes sociais. Estas mudanças acabaram por incentivar a população, no geral, a ocupar o seu tempo livre em locais de lazer, por sua vez, as zonas costeiras"** (PEREIRA, 2017, p. 47)

É nessa década que o investimento do setor imobiliário começa a crescer, e, com isso, a cidade vê mudanças irreversíveis no seu território. Edifícios com gabaritos muito altos e destoantes do entorno são erguidos principalmente na Avenida dos Banhos (Figuras 34 e 35), a avenida que margeia a faixa de areia da praia, e são destinados à população mais abastada e sazonal. Muitos edifícios históricos são substituídos por grandes edifícios de arquitetura de baixa qualidade, que procuram ser o mais rentável possível. A especulação do território urbano central causou a gentrificação da área. Áreas verdes são transformadas em enormes edificações de concreto, dando início a uma realidade que se consolidaria somente décadas depois: a falta de espaços livres de lazer na área urbana da cidade. E a falta de regulamentação para novas construções, põe o território nas mãos do investimento privado, causando ocupações irregulares do espaço, como espaços vazios no miolo de quadras, ruelas sem saída que adentram esses quarteirões, entre outras consequências.



Figura 31 - Fachadas da Avenida dos Banhos no processo de verticalização



Figura 32 - Praia e Avenida dos Banhos antes da verticalização

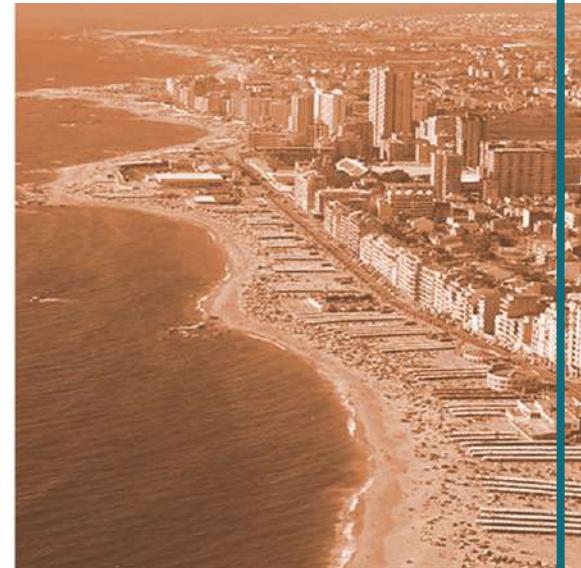


Figura 33 - Mesmo cenário após a verticalização

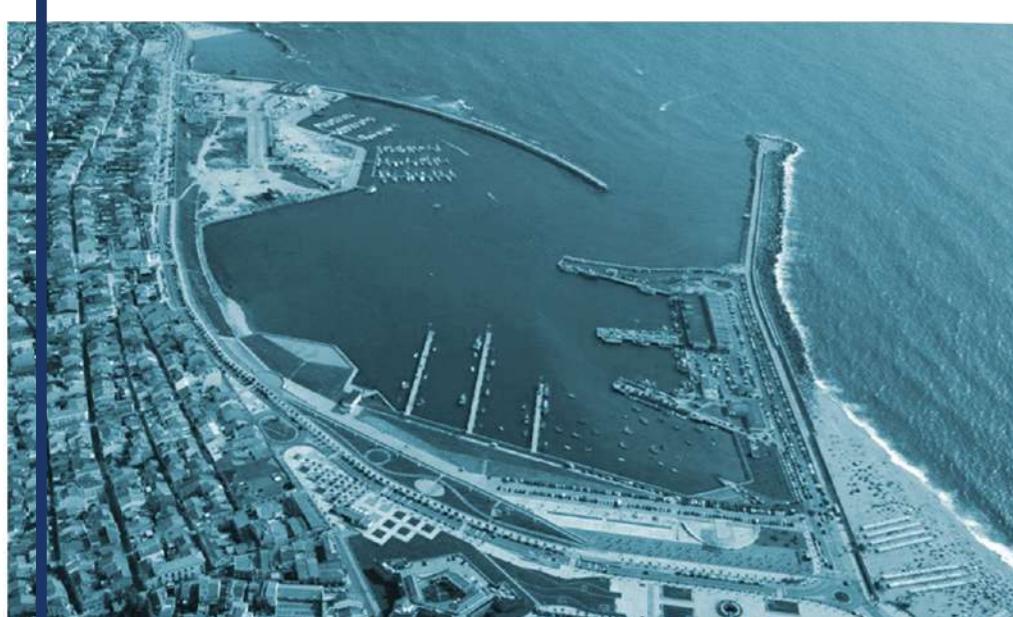


Figura 34 - Construção do Porto e da Marina de Póvoa



Figura 35 - Cassino da Póvoa



Figura 36 - Clube Desportivo da Póvoa



44

Figura 37 - Clube Desportivo da Póvoa



Figura 38 - Clube Desportivo da Póvoa

# Cartografias e leituras de Póvoa de Varzim

## Plano Diretor e zoneamento

O atual Plano Diretor Municipal de Póvoa de Varzim (PDMPV), em exercício desde 1995 e revisado em 2014, estabelece 5 unidades territoriais no município, a partir da junção de certas freguesias. Estabelece, assim, os limites da Unidade Territorial chamada de Cidade, configurada a partir das freguesias de Póvoa de Varzim, Aver-o-Mar e Argivai. O Plano tem como objetivos gerais, entre outros pontos:

-defesa da identidade, que consiste na qualificação das referências simbólicas, a manutenção de atividades e o respeito pelo património e características de cada local;

-manutenção de um território diversificado, com aumento da coesão social e territorial, respeitando as características e autonomia de cada unidade territorial, melhorando as acessibilidades e as relações entre partes, e estruturando cada povoação e qualificação dos centros;

-melhoria do serviço de infra-estrutura pública, que inclui redes de água e saneamento, equipamentos e espaços públicos.

Para a Unidade Territorial Cidade, o Plano Diretor encaminha o Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim (PUPV), de 2006, que estabelece seus objetivos específicos em: reforço da identidade e especificidade regional da Cidade; melhoria do nível de serviço da infra-estrutura pública; estruturação da cidade existente e do seu crescimento; defesa ou estabelecimento de identidade, funcionalidade e caracterização formal das diversas “partes da cidade”; e lançamento das bases para uma administração urbanística mais justa e eficaz.

Para a organização da cidade e efeitos regulamentares, o solo é dividido, pelo PUPV, nas seguintes categorias: Estrutura viária; Estrutura ecológica; Zonas de equipamentos; Zonas terciárias; Zonas de actividades; Zonas habitacionais.

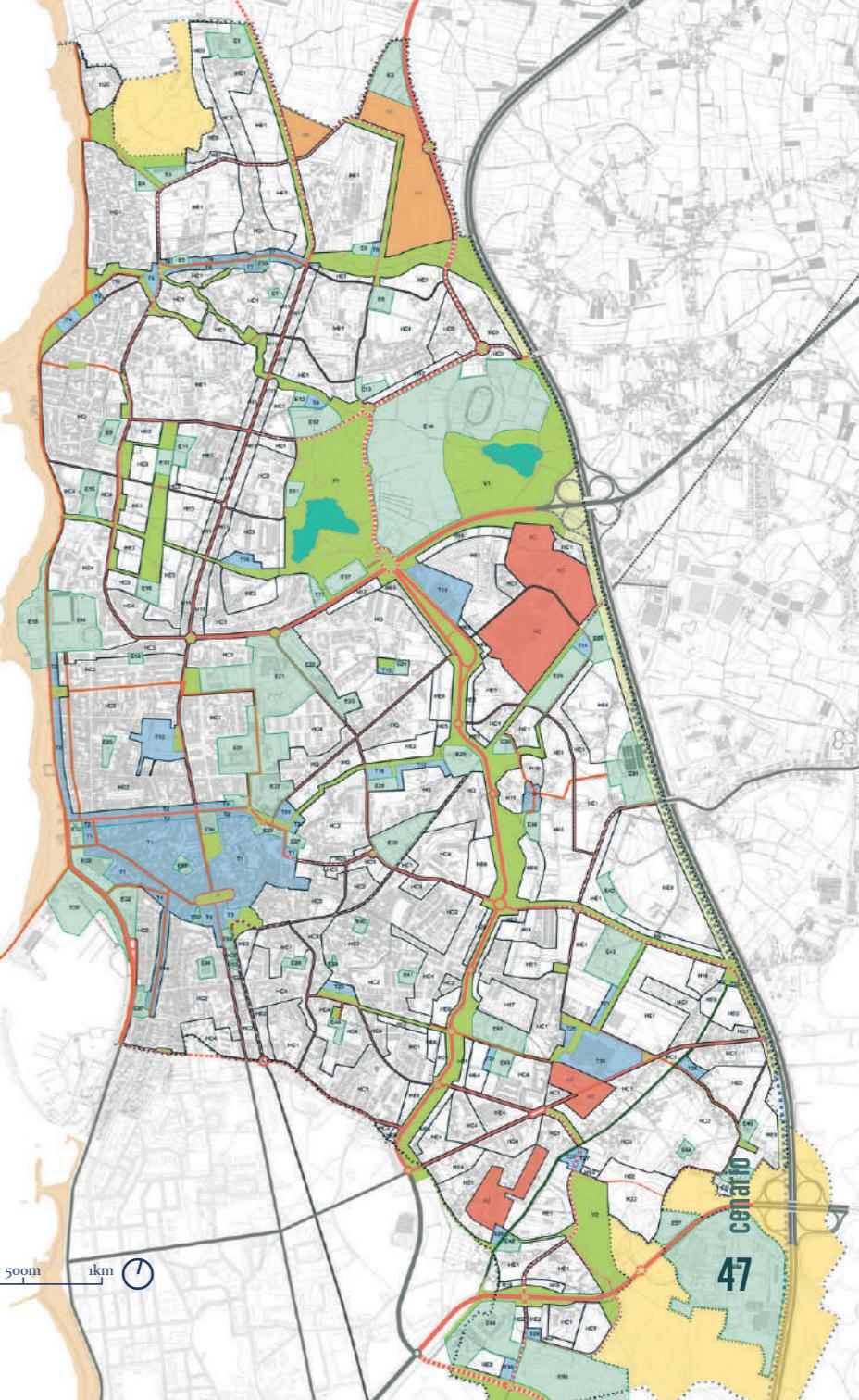
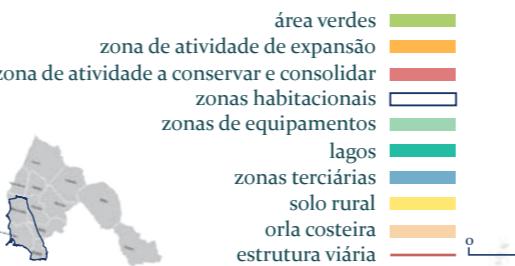


Figura 39- Demarcação da Unidade Territorial da Cidade no município

Póvoa de Varzim tenta responder às demandas criadas pelo turismo em massa que recebe todos os anos, e que reflete no mercado imobiliário e na ordenação do espaço. O Plano de Urbanização é uma tentativa de regulamentação do território, mas

**“Planos de urbanização elaborados dentro dos mais correctos e mais actuais princípios de disciplina urbanística e aparatos legislativos estabelecidos como apoio dessa disciplina, resultarão de todo inúteis, contudo, sem a transformação radical dos mecanismos mercantilistas.”**  
**(CAMPOS apud PEREIRA, 2017, P. 53)**

Figura 40- Mapa de zoneamento da Cidade (PUPV)



## Proposição de recorte para estudo aprofundado

Figura 41 - Imagem de satélite da cidade

Proposição de recorte para estudo urbanístico aprofundado

Área turística

Área histórica

Estrada Nacional (EN13)



Para norte: a Estrada Nacional, que corta o centro da cidade, é hoje um vetor de expansão. Ela forma, em suas margens, outra centralidade



Figura 42 - Estrada Nacional EN13, com moradias e comércio



Para leste: a cidade se mostra menos consolidada, com vazios urbanos e áreas de cultivo agrícola



Figura 43 - Vazios urbanos



Para sul: limite de municípios. A área urbana de Póvoa encontra-se com a de Vila do Conde, cidade vizinha, hoje completamente conurbadas



Figura 44 - Ruela que faz divisa entre Póvoa de Varzim (dir.) e Vila do Conde (esq.)

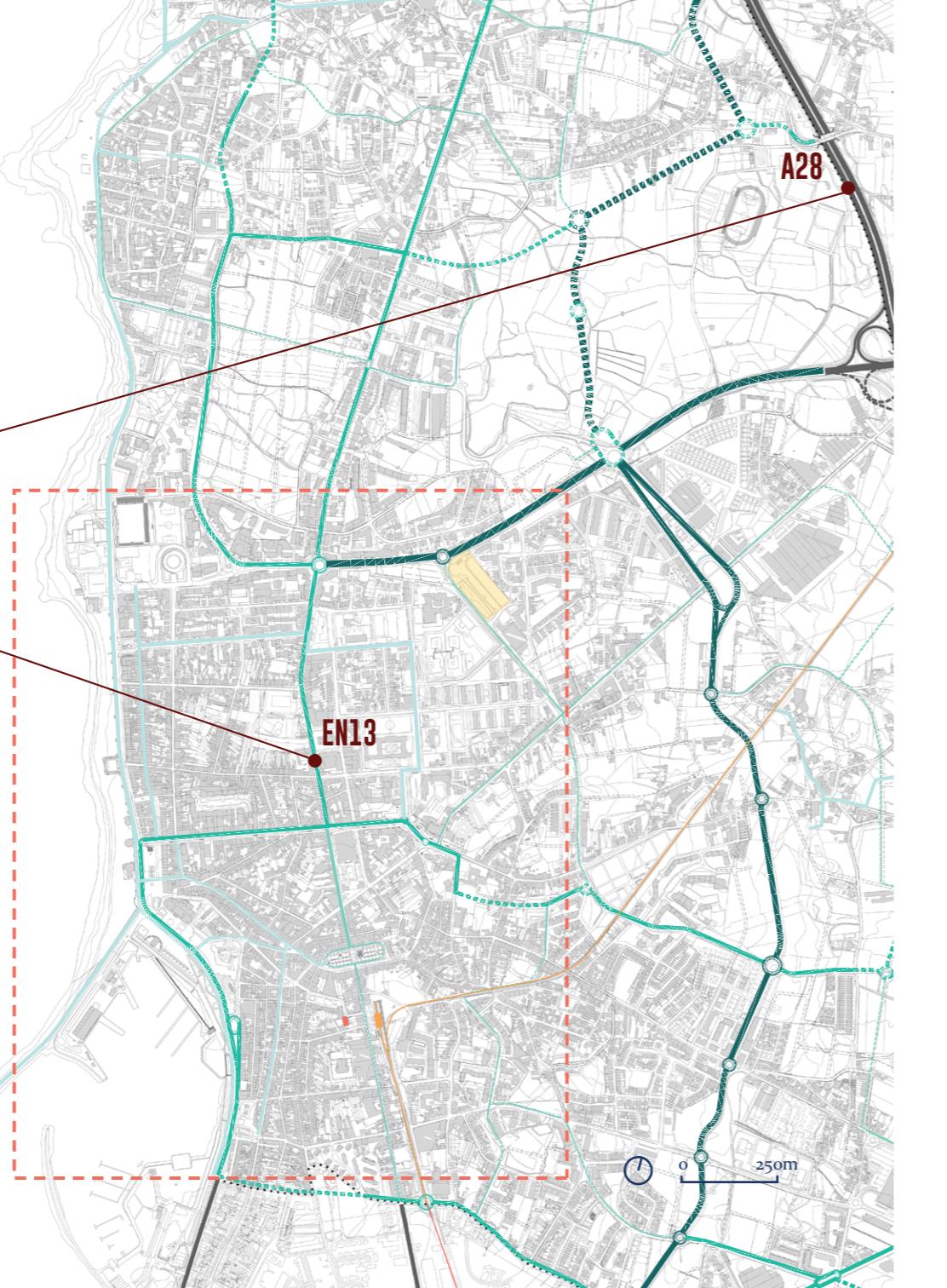
## Infraestrutura viária

A A28 (Autoestrada do Norte Litoral) foi construída na década de 1980, e está articulada com várias zonas industriais dos municípios que atravessa, por ter sido construída como via rápida, para servir de alternativa à EN13, estrada já então congestionada e urbanizada em grande parte do seu percurso. A construção dessa autoestrada significou acesso mais fácil e de melhor qualidade à Póvoa de Varzim, estimulando a inserção da cidade no roteiro português de férias.

Até à construção da A28, a EN13 (Estrada Nacional 13) era a via principal de comunicação entre as antigas províncias do Minho e do Porto, e uma das principais ligações rodoviárias entre Portugal e Espanha. Antes mesmo da construção da A28, a estrada viu o crescimento urbano de algumas freguesias ocupar suas margens, e foi, assim, adaptada ao uso local. Em vários trechos possui velocidade limitada, e conta com a presença de semáforos.

Figura 45 - Mapa viário da área urbana

recorte para estudo aprofundado	
rede coletora	
rede distribuidora principal	
rede distribuidora secundária	
percurso pedonal	
terminal rodoviário	
linha de metrô	
50 vias ou autoestradas fora do limite urbano de Póvoa	



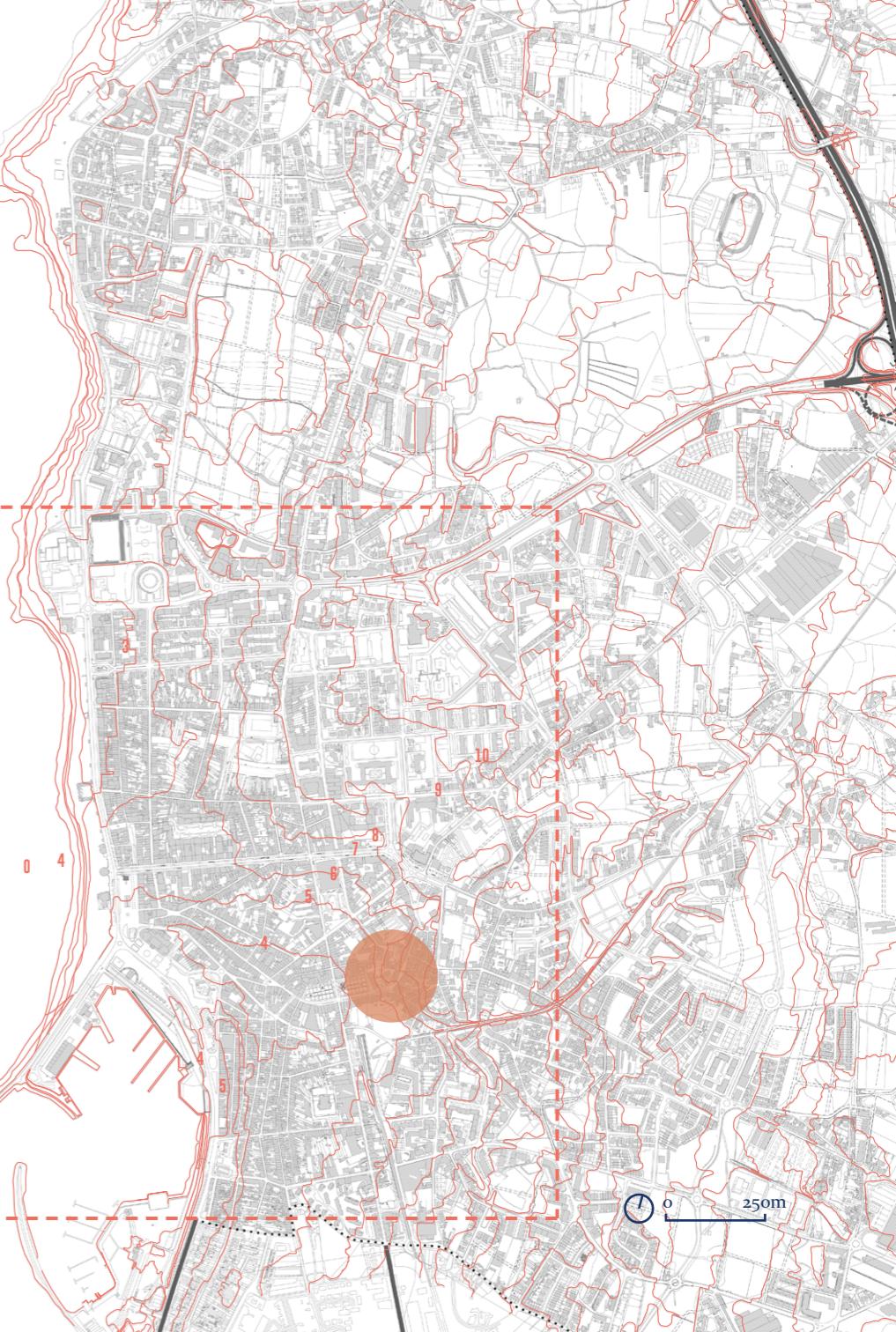
**pografia**

altitude aumenta, como em qualquer outra cidade litorânea, em direção ao interior do continente. Mas curvas de nível, de 1 em 1 metro, indicam um declive muito pequeno no recorte proposto em sua área urbana. A cidade é facilmente percorrível em sua totalidade, tendo a maior vivacidade na área histórica. As curvas de nível da cidade em traçado ainda muito natural.

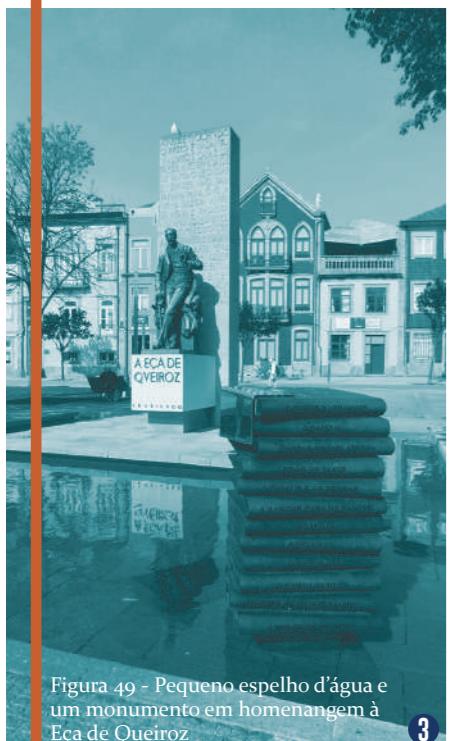


## Figura 46- Mapa topográfico da área urbana

para estudo aprofundado  
curvas de nível  
núcleo histórico



## Espaços livres públicos e a água



Nota-se a relação entre cidade e água somente dentro dos limites da praia, devido à presença da água apenas pontualmente em alguns espaços livres públicos - que se localizam também próximos à praia - da área urbana. A rede fluvial da cidade foi canalizada ao longo dos séculos, restando somente dois rios naturalizados que se encontram ao norte para além do recorte proposto e desembocam no mar. Um desses rios percorre o Parque da Cidade, que possui, hoje, dois represamentos de água. Na cidade, com exceção deste Parque, a água é ora moldada na forma estática de pequenos espelhos d'água e ora instigante, fornecendo um outro tipo de experiência por meio de alguns sprinklers que funcionam somente no verão.

Figura 53 - Mapa de espaços livres públicos e a água

recorte para estudo aprofundado  
áreas públicas de recreio  
área  
parque da cidade implementado  
parque da cidade em construção  
vazios urbanos



Os espaços livres públicos são muitos em Póvoa, mas minoria é qualificada. São lugares residuais do sistema viário, ou locais de passagem que reúnem bancos de concreto como mobiliário. Os espaços que receberam qualificação se concentram ao longo da praia, em adição ou de fato interligados a um grande calçadão que abriga passeios e a prática de esportes. São poucas as praças na cidade, e elas não possuem vegetação expressiva. São locais que abrigam os vários eventos promovidos pela Câmara Municipal, que, por sua vez, usufruem deste espaço aberto para construção de estruturas próprias e para aglomeração de pessoas. Os pisos desses espaços livres são, em maioria, impermeáveis.

Somente as ruas construídas a partir de um planejamento prévio possuem árvores e calçada. A disputa do espaço da rua entre pedestres e automóveis se intensifica em áreas antigas da cidade, nas quais predominam vielas tortuosas e fachadas contínuas de moradias. Contudo, há uma discussão urbanística recente sobre o espaço do pedestre na rua, como pode ser visto em algumas obras de fechamento ou restrição de passagem de veículos em ruas específicas na cidade.



Figura 54 - Prática de esportes na faixa de areia



Figura 55- Grande calçadão na Av. dos Banhos, fazendo a transição entre praia e cidade

## Equipamentos

O Plano de Urbanização reconhece e classifica equipamentos existentes, assim como também propõe a construção de alguns novos, que visam não só suprir as necessidades existentes, mas também contribuir para a estruturação da Cidade, visto que se procurou articulá-los com a rede viária e a rede de áreas verdes. As regras gerais para a construção de novos equipamentos são:

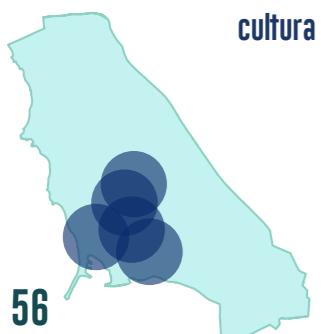
-deve ser precedida de estudo urbanístico, expressamente aprovado pelo município, que evidencie as articulações formais e funcionais dos equipamentos a instalar com a área envolvente;

-deve garantir a existência de estacionamento com capacidade adequada aos usos previstos;

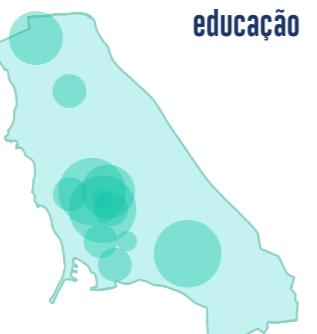
-deve, sempre que possível, incluir espaço verde com área não inferior a 20 % do terreno;

-o gabarito máximo dos edifícios não deve exceder os 9,5 m, excetuando situações tecnicamente justificadas;

-em cada uma destas zonas pode ocorrer a instalação de outros usos, desde que complementares do equipamento e não ocupem mais de 10 % da área delimitada na planta de zoneamento.



cultura



educação



praças e parques

Figura 56- Diagramas de área de influência de equipamentos

A nordeste do recorte, há a concentração de equipamentos educacionais públicos da cidade. São escolas de Ensino Fundamental e Médio, que possuem um raio de atuação maior, chegando a atender adolescentes de outras freguesias. Nessa área também localiza-se um dos dois hospitais da cidade, que também atende pacientes de outras regiões. A concentração de equipamentos desportivos ocorre na faixa litorânea da cidade, fortemente ligada ao caráter balnear da cidade.

Apesar de se constituir como uma cidade de pequeno porte, é de se destacar que Póvoa possui poucos equipamentos culturais: um cine teatro, um museu, uma associação cultural, um pavilhão cultural, uma biblioteca e uma fortaleza de vocação turística.

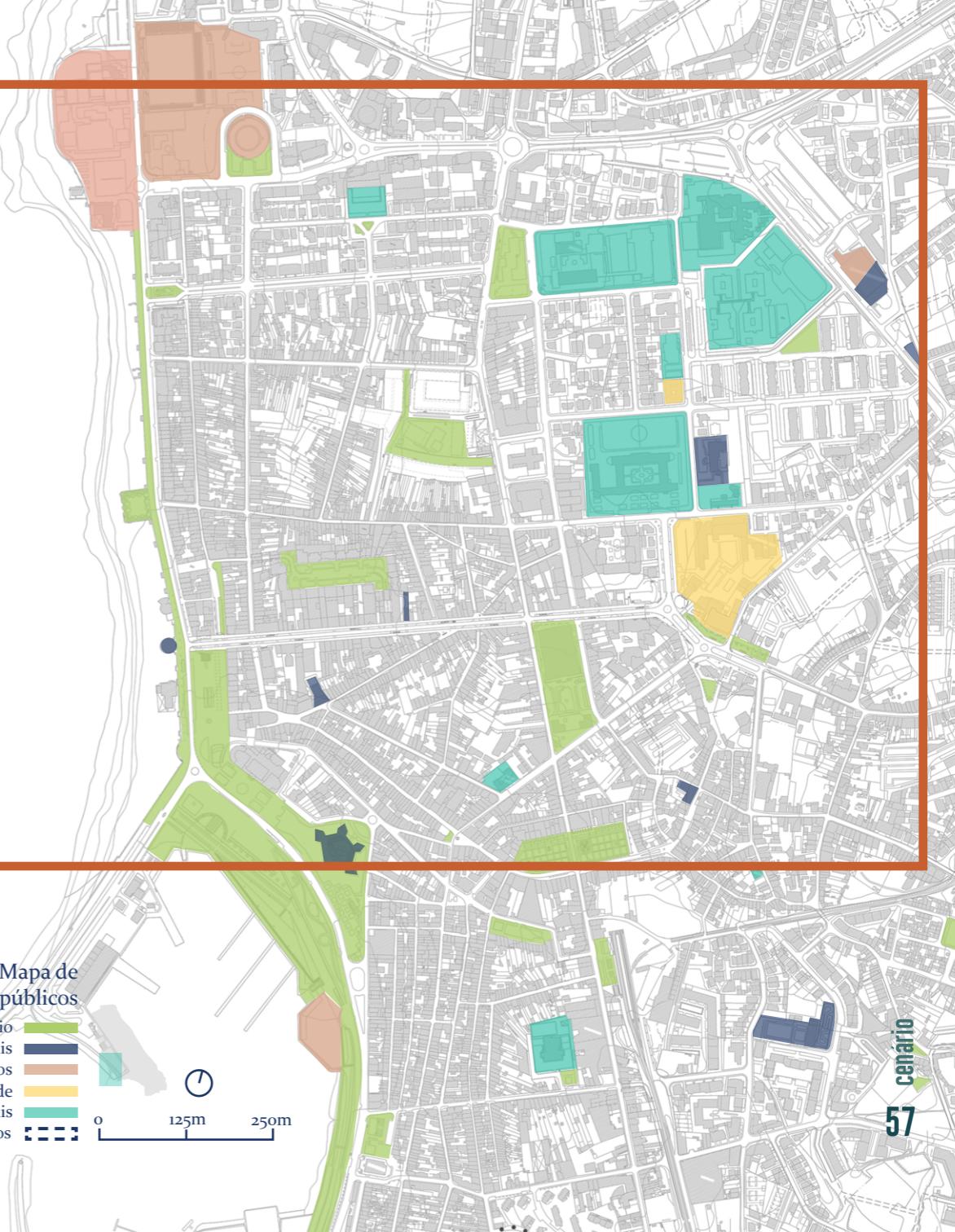


Figura 57 - Mapa de equipamentos públicos

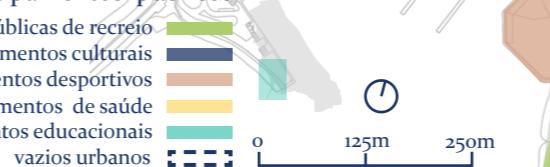




Figura 58 - Fachada principal do Museu Municipal de Etnografia e História de Póvoa de Varzim

Para elaboração da proposta apresentada no Plano, consideraram-se os equipamentos divididos em três grupos:

a. escolares (maioria escolas de ensino fundamental e médio) e desportivos;

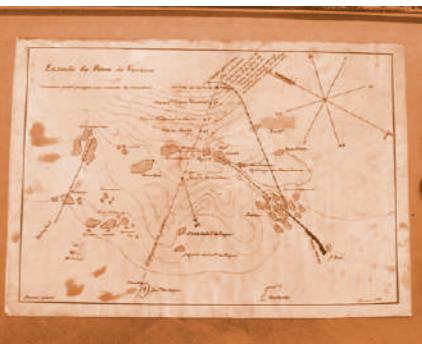
b. equipamentos de apoio à função habitacional, como creches, escolas de ensino infantil, centros sociais para a terceira idade ou para deficientes mentais, centros comunitários e extensão de centros de saúde;

c. equipamentos centrais, ou de apoio à generalidade da população, como os culturais, os mercados, as feiras e os cemitérios.

A proposta relativa à equipamentos centrais, em específico aos culturais, se baseia na ampliação do Museu Municipal, na reabilitação museológica da Mundividência do Pescador, a construção de um Museu Marítimo, a criação de um Centro de Cultura e Arte, e a concretização de uma rede de extensões da biblioteca, entre outros.

Dessas ações, somente duas foram iniciadas. A Câmara adquiriu uma antiga residência no Bairro Sul, típica de pescadores, para sua reforma e abertura ao público, mas o restauro nunca chegou a ocorrer. Já a ampliação do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, que ocupa um edifício tombado, teve seu projeto proposto em 2007 e executado nos dois anos seguintes, constituindo grandes mudanças para o espaço limitado da instituição.

Segundo entrevista realizada em Abril de 2019, com a senhora Maria Jesus Rodrigues, técnica superior do Museu, mesmo após a reforma e ampliação de 2007-2009, a instituição, hoje, julga insuficiente o espaço destinado à reserva técnica e serviços administrativos. Segundo Maria Jesus, o Museu tem seu acervo formado, em sua esmagadora maioria, a partir de doações da própria população. Ela explicou que a mudança contemporânea de hábitos e do modo de morar, somado à morte de antigas gerações nas famílias provoca a doação de objetos antigos para o museu, tornando o acervo atual muito extenso e diversificado. A visita ao local, realizada no mesmo dia, possibilitou o primeiro contato com esse riquíssimo acervo, e a compreensão dos modos de viver do passado. São objetos que abordam desde a ocupação pré-histórica do território, com cerâmicas trazidas da Cidade de Terroso, até ao desenvolvimento da cidade nos séculos XX, com itens relacionados à cultura piscatória, à talassoterapia, e ao turismo balnear.

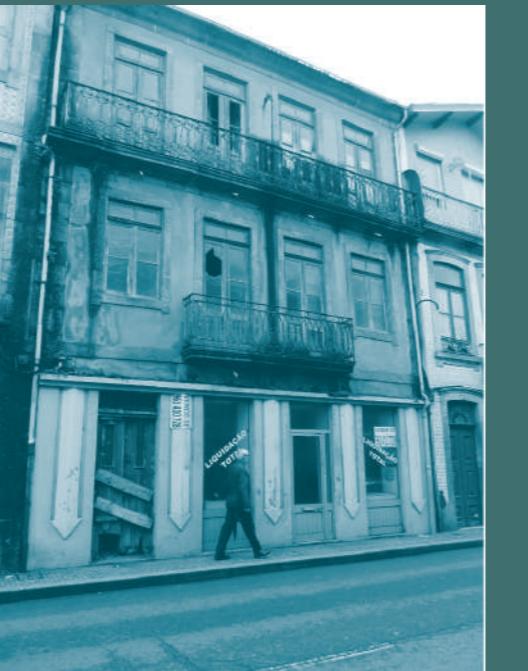


Figuras 59 a 70 - Acervo do Museu Municipal de Etnografia e História de Póvoa de Varzim

## Patrimônio

A cidade possui uma extensa lista de patrimônios tombados (171 itens), que se subdivide em edifícios tombados (escolas, igrejas, moradias), fachadas tombadas, elementos pontuais (pelourinho, nichos, fontes), elementos lineares (aqueduto, muros), bandas edificadas, espaços livres urbanos (largos e praças), e conjuntos urbanos. A maior parte dos patrimônios tombados se concentra no núcleo fundacional da cidade, na parte histórica. Incluem a ligação desse núcleo com a parte costeira, por meio da Rua da Junqueira e arredores, e o Bairro Sul, o bairro piscatório. A noção de conjunto urbano a ser preservado é interessante nesse presente estudo, devido ao reconhecimento da complexidade de qualquer análise sobre objetos patrimoniais. A análise extrapola o objeto, nesse caso, e analisa as relações existentes entre objeto e contexto.

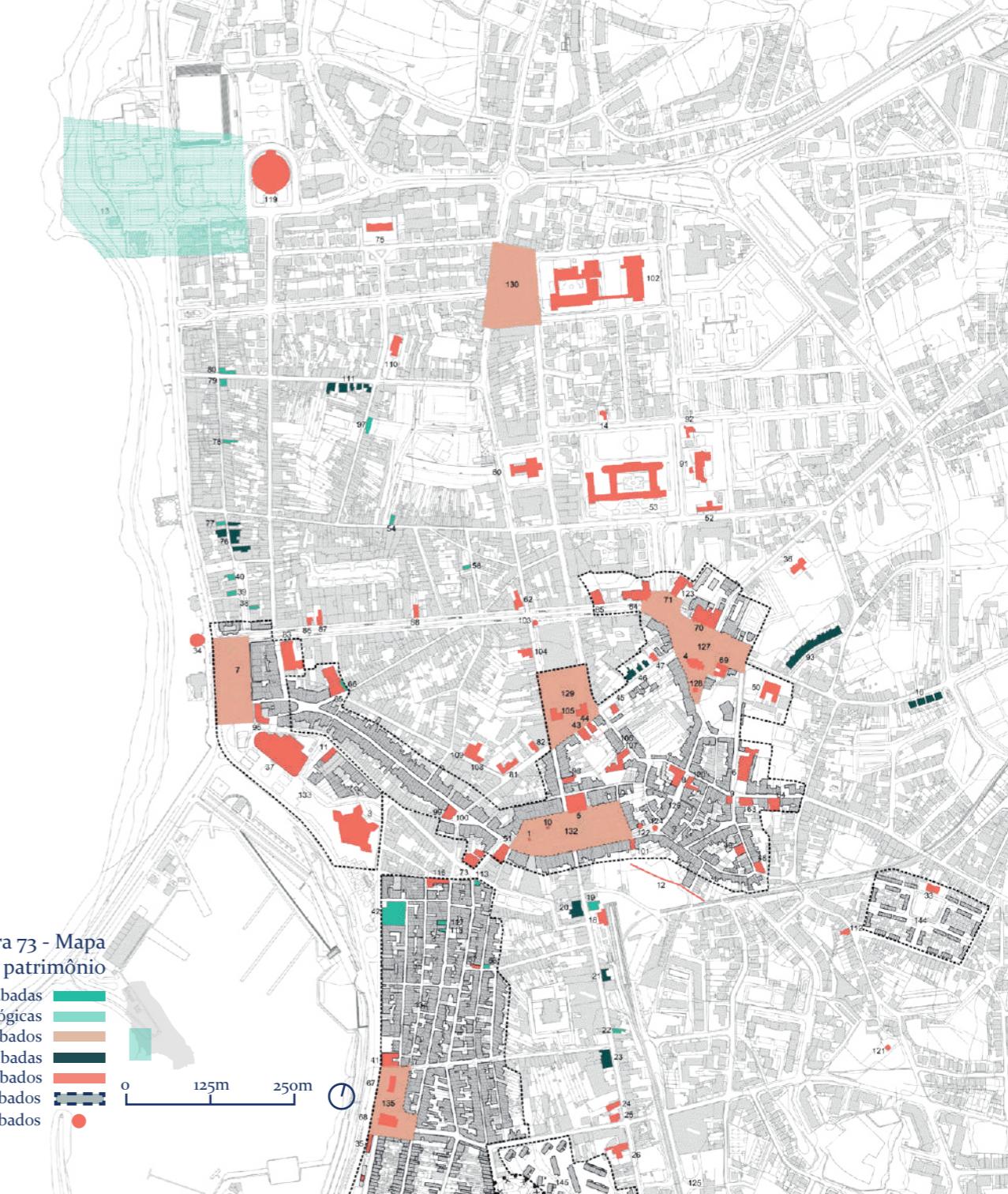
Figuras 71 e 72 - Estado de degradação dos edifícios com valor arquitetônico na Estrada Nacional



O estado do patrimônio tombado atualmente nos evidencia problemas no restauro, na gestão e conservação de elementos tombados no município, sejam eles privados ou públicos. A grande maioria dos edifícios que se encontram sem uso na cidade estão em estado de ruína, mesmo no centro da cidade, colaborando para o processo de desvalorização do edifício com a intenção de demolição e sua substituição por edifícios mais rentáveis.

Figura 73 - Mapa Municipal de patrimônio

fachadas de edifícios tombadas  
áreas arqueológicas  
espaços livres tombados  
bandas edificadas tombadas  
edifícios tombados  
conjuntos urubavos tombados  
elementos pontuais tombados



## Turismo

O município distribui alguns folhetos turísticos que propõem o palmilhar o território urbano por meio de dois roteiros, um que percorre o núcleo histórico da cidade, e outro que explora as áreas à borda d'água.

O roteiro que percorre a área antiga da cidade tem o enfoque na história da cidade, englobando mais patrimônios tombados, e propõe a visita a equipamentos culturais, como o Museu Municipal.

Já o outro roteiro, percorre mais espaços livres públicos qualificados, como as praças da orla e o calçadão da Av. dos Banhos, promovendo uma outra experiência para o turista, muito mais agitada, por meio de eventos e esportes. A cidade nessa área tem uma linguagem arquitetônica e urbanística muito mais moderna, oferecendo uma faceta da cidade muito diferente da vista no



Figura 74 - Edifícios de alto padrão na Av. dos Banhos com apartamentos à venda



Figura 75 - Entrada para pedestres de um estacionamento subterrâneo



Figura 76 - Estacionamento subterrâneo com capacidade para 560 carros

outro roteiro turístico. Grandes estacionamentos subterrâneos continuam sendo construídos nessa região balnear da cidade para suprir o congestionamento das vias em época de verão, permanecendo fechados em baixa temporada. E o mercado imobiliário atua fortemente nessa região, visto a sazonalidade da população e os altos preços das unidades de habitação desses edifícios.



Figura 77 - Roteiros turísticos da cidade

- roteiro "À borda d'água" [Blue line icon]
- roteiro "A cidade tradicional" [Red line icon]
- áreas verdes públicas [Yellow-green area icon]
- parques de estacionamentos [P icon]
- hotéis [H icon]

## Síntese

Após a discussão apresentada na parte inicial deste trabalho, entende-se que a instituição museológica deve estabelecer uma relação em rede com outras instituições já existentes, para que a população local se aproprie da nova instituição proposta e seja seu público alvo. Compreende-se, também, que a população visitante da cidade é demais expressiva para ser ignorada, e deve ser atendida igualmente, já que

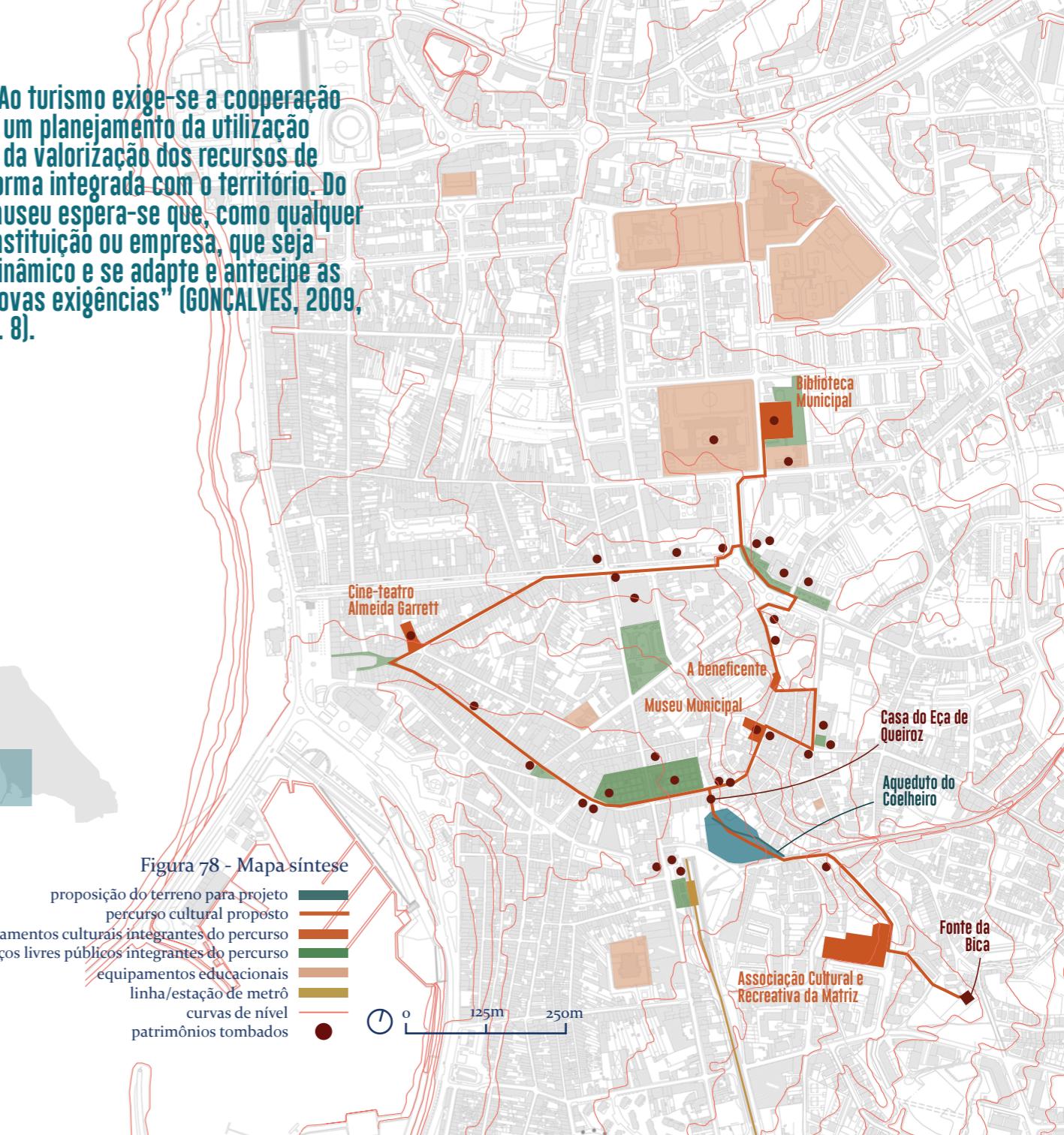
**“O museu sozinho não sobrevive, e o trabalho em rede dos museus é tão importante quanto a cooperação com outras entidades, como é o caso do turismo” (GONÇALVES, 2009, p. 9).**

Dessa forma, propõe-se, aqui, a expansão do roteiro turístico que explora a cidade tradicional, de forma a englobar mais patrimônios tombados do município e mais instituições culturais existentes. O mapa ao lado identifica as potencialidades desse novo percurso, à medida que destaca os espaços livres públicos que seriam experienciados nessa nova situação, as instituições culturais que poderiam ser conhecidas e a quantidade de patrimônios edificados que narram a história da cidade para quem realiza o percurso. O percurso é perfeitamente percorrível a pé, devido à baixa declividade do terreno.

Reconhecida a concentração dos equipamentos culturais da cidade no seu núcleo histórico, a proposta do terreno a ser incorporado pelo projeto em desenvolvimento é estratégica. O sítio escolhido possui uma localização central, e é acessível por meio do transporte público que conecta Póvoa com a cidade do Porto, o metrô.

O terreno possui dois diferenciais: se conecta com os fundos da casa onde nasceu Eça de Queiroz (patrimônio tombado), localizada na Praça do Almada, e possui o Aqueduto do Coelheiro, do século XVIII, como principal preexistência (patrimônio tombado), estrutura essa que abastecia a região central da cidade em um período de expansão urbana. A Fonte da Bica, que fornecia água para esse aqueduto, se encontra mais a sul, e também é avaliada a extensão desse novo percurso até esse local. Sinalizações no piso poderiam ser executadas, de modo a guiar o pedestre para esse ponto na cidade, narrando a localização do aqueduto ao longo do território.

**“Ao turismo exige-se a cooperação e um planejamento da utilização e da valorização dos recursos de forma integrada com o território. Do museu espera-se que, como qualquer instituição ou empresa, que seja dinâmico e se adapte e antecipe as novas exigências” (GONÇALVES, 2009, p. 8).**



# RECORTE

Contextualização

Praça do Almada

Casa do Eça de Queiroz

Aqueduto do Coelheiro

Fonte da Bica

Sítio e áreas anexas



Figura 79 - Aqueduto do Coelheiro



Figura 8o - Imagem de satélite da proposta de percurso

- proposição do terreno para projeto
- percurso cultural proposto
- equipamentos culturais integrantes do percurso
- espaços livres públicos integrantes do percurso
- equipamentos educacionais
- linha/estação de metrô
- curvas de nível
- patrimônios tombados



Figura 81 - Mapa de Figura e Fundo

- terreno de intervenção
- área não-edificada
- área edificada

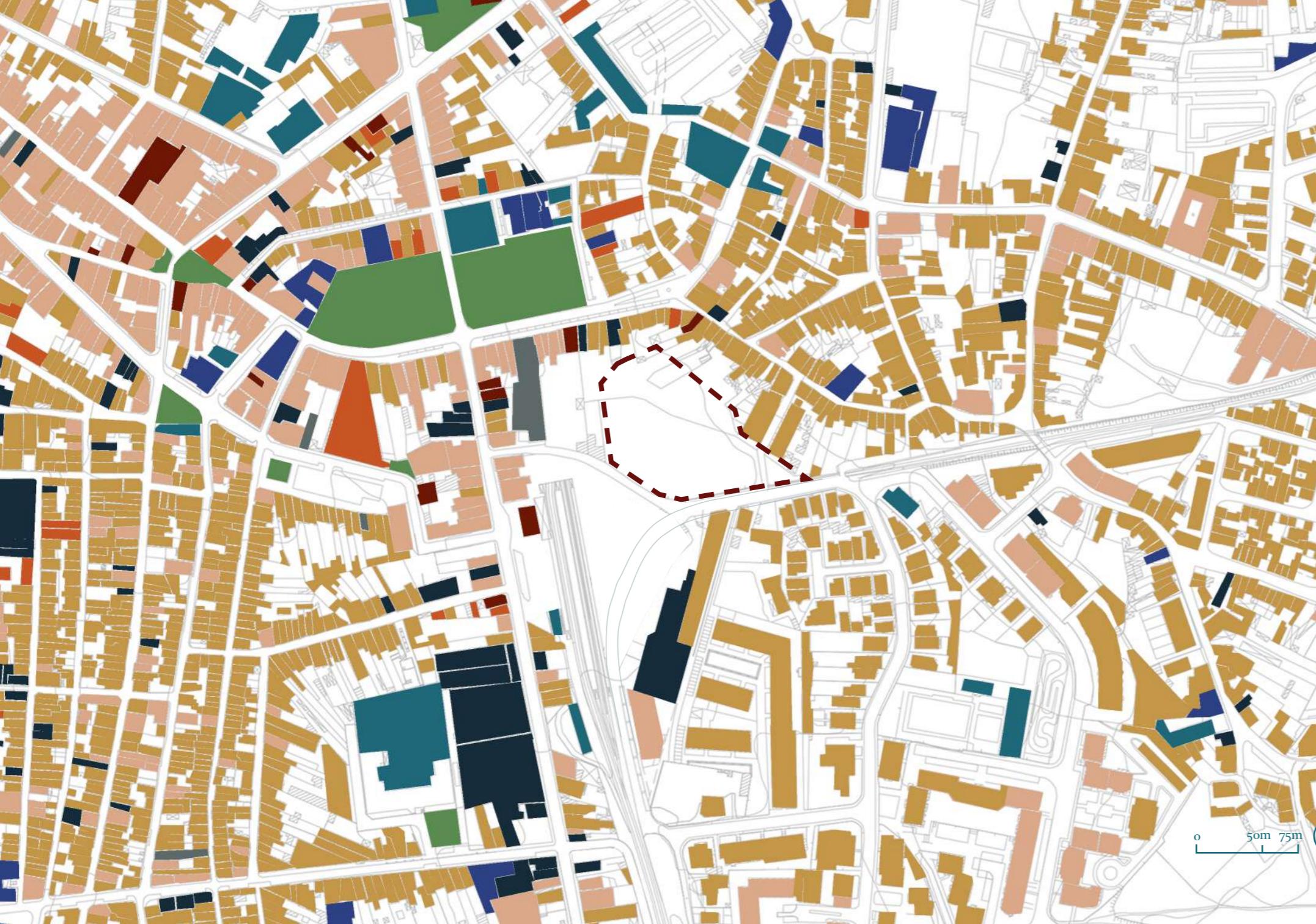


Figura 82- Mapa Uso do Solo

- terreno de intervenção
- residencial
- serviços
- comercial
- misto com habitação
- institucional público
- institucional privado
- áreas públicas de lazer
- edificações em obras
- sem uso/ruínas



Figura 83 - Mapa de Gabarito

- terreno de intervenção
- 1 pavimento
- 2 pavimentos
- 3 pavimentos
- 4 a 6 pavimentos
- 7 ou mais pavimentos
- não edificado

## Praça do Almada



Figura 84 - Cafés e restaurantes



Figura 85 - Coreto



Figura 86- Pelourinho

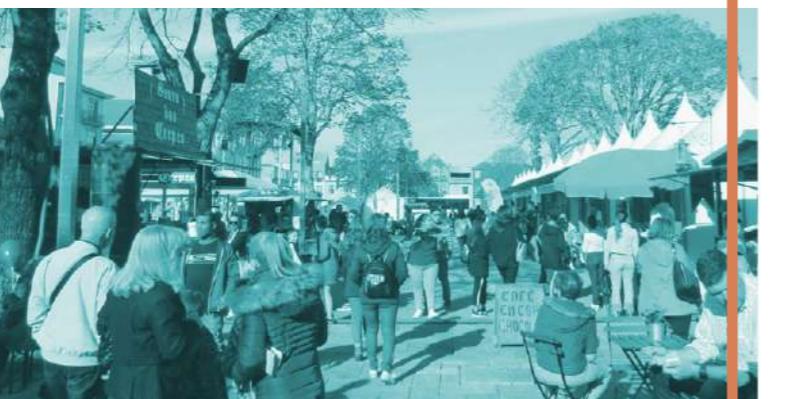


Figura 87 - Praça no evento de Páscoa, 2019

Conhecida sua história e sua importância ao longo dos séculos, vale, neste momento, ressaltar o papel que a Praça do Almada exerce hoje na cidade. Devido à sua localização privilegiada, como ponto de conexão entre o núcleo fundador da cidade e a orla, a praça tem seu papel muito bem consolidado na identidade da população, e, por isso, abriga diversos eventos promovidos pelo poder público ao longo do ano inteiro. Ela possui fachadas contínuas em todo o seu redor, com edificações de uso misto. Os edifícios têm usos diversos, abrigam instituições como bancos, a Câmara Municipal, são escritórios de advocacia, e até estacionamento vertical. A praça possui cafés e restaurantes em alguns térreos, que usam o espaço da praça como esplanada. Este espaço público é tombado e possui alguns elementos pontuais de interesse histórico também, como o pelourinho da cidade e um coreto, além do monumento à Eça de Queiroz.



Figura 88 - Fachada principal e placa de homenagem



Figura 88 - Fachada principal e placa de homenagem

mento cultural, mas a família proprietária nunca teve interesse em vendê-la. O vice-presidente da Câmara Municipal, Luís Diamantino, concedeu uma entrevista à Rádio Onda Viva, em 2015, onde esclareceu os objetivos do poder público em adquirir a casa. A Câmara pretende criar, no imóvel, um fundo local queirosiano que, em grande parte, será enriquecido com uma doação do arquiteto também poveiro Campos Matos, um dos maiores especialistas nacionais na obra queirosiana, com mais 30 livros publicados sobre o escritor e suas obras. Luís Diamantino diz que a casa de Eça de Queiróz poderia ter uma importância a nível nacional, pois os objetivos mais específicos seriam: promover o turismo cultural de Póvoa de Varzim; integrar, com este edifício, o patrimônio cultural do país; e contribuir para o itinerário nacional ligado às casas de escritores (como a casa que abriga hoje a Fundação Eça de Queiroz; a Casa de Camilo, designação habitual da residência do escritor Camilo Castelo Branco, em um município vizinho).



Figura 89 - Estudo da fachada principal

## Casa do Eça de Queiroz

A casa número 1 da Praça do Almada se encontra no local onde nasceu Eça de Queiroz, em 25 de novembro de 1845. Na realidade, a casa atual foi construída, em 1934, no terreno onde a casa da família Queiroz testemunhou o nascimento de um dos maiores escritores da língua portuguesa. A edificação é propriedade particular, e se encontra hoje sem uso, apesar de restaurada recentemente. A Câmara Municipal tem demonstrado grande interesse em adquirir a casa para a transformação em um equipa-

O Aqueduto do Coelheiro, que transportava água da Fonte da Bica até o tanque presente na Praça do Almada, constituiu um marco importante na história da cidade, pois além de ter sido um marco na paisagem na época, permitiu o abastecimento de uma zona que se encontrava em expansão na cidade. Esse canal artificial de granito foi construído no século XVIII e já foi muito modificado. Da construção inicial, resta apenas um trecho. O aqueduto, durante os séculos, foi sendo usado como muro das edificações ao redor. Assim, os arcos de volta perfeita e arcos quebrados (com o intradorso de aduelas regulares, assentes em pilares prismáticos) se encontram, em sua maioria, cobertos por granito ou outros tipos de vedação mais atuais, como o tijolo ou o bloco estrutural. A estrutura, que tem altura máxima de 4 metros em uma extremidade, possui algumas pichações, ficando evidente a falta de significado que este monumento tombado apresenta para as mais novas gerações.



Figura 91 - Estado atual do Aqueduto, com seus arcos obstruídos para servir de muro

## Aqueduto do Coelheiro

nº arcos: 29  
comprimento total: 146 m  
largura: 60 cm  
altura máxima: 4m  
altura mínima: 2m

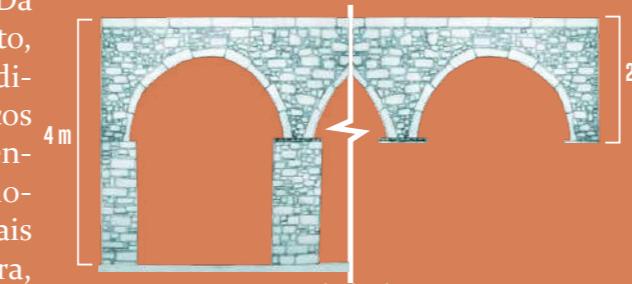


Figura 90 - Extremidade da estrutura no terreno mais baixo (esq.), e extremidade no terreno mais elevado (dir.)

Fonte da Bica, que também pode ser chamada de Fonte de Coelheiro, é uma das fontes históricas da cidade que se encontram hoje tombadas. As mais antigas referências conhecidas à fonte datam de 1553 e 1567. Sabe-se que foi a principal fonte que, pelo Aqueduto de Coelheiro, fornecia água ao novo centro da cidade. Lendas sobre a tradição casamenteira são associadas ao local, dizia-se que a fonte, além de fornecer água, providencia também “às raparigas solteiras um meio excelente de provisão de matrimónio”. Para isso, as moças jogavam uma pedrinha para o nicho em uma parede da fonte, se a pedra acertasse o buraco, o matrimônio se realizaria.

Hoje, o único uso do espaço que cerca a fonte é para a realização anual da Noite do Fado organizada pela associação do bairro, o Grupo Recreativo Estrela do Bonfim. O espaço público carece de mobiliário, e a fonte atualmente se encontra revitalizada, após algumas pichações que sofreu alguns anos atrás.



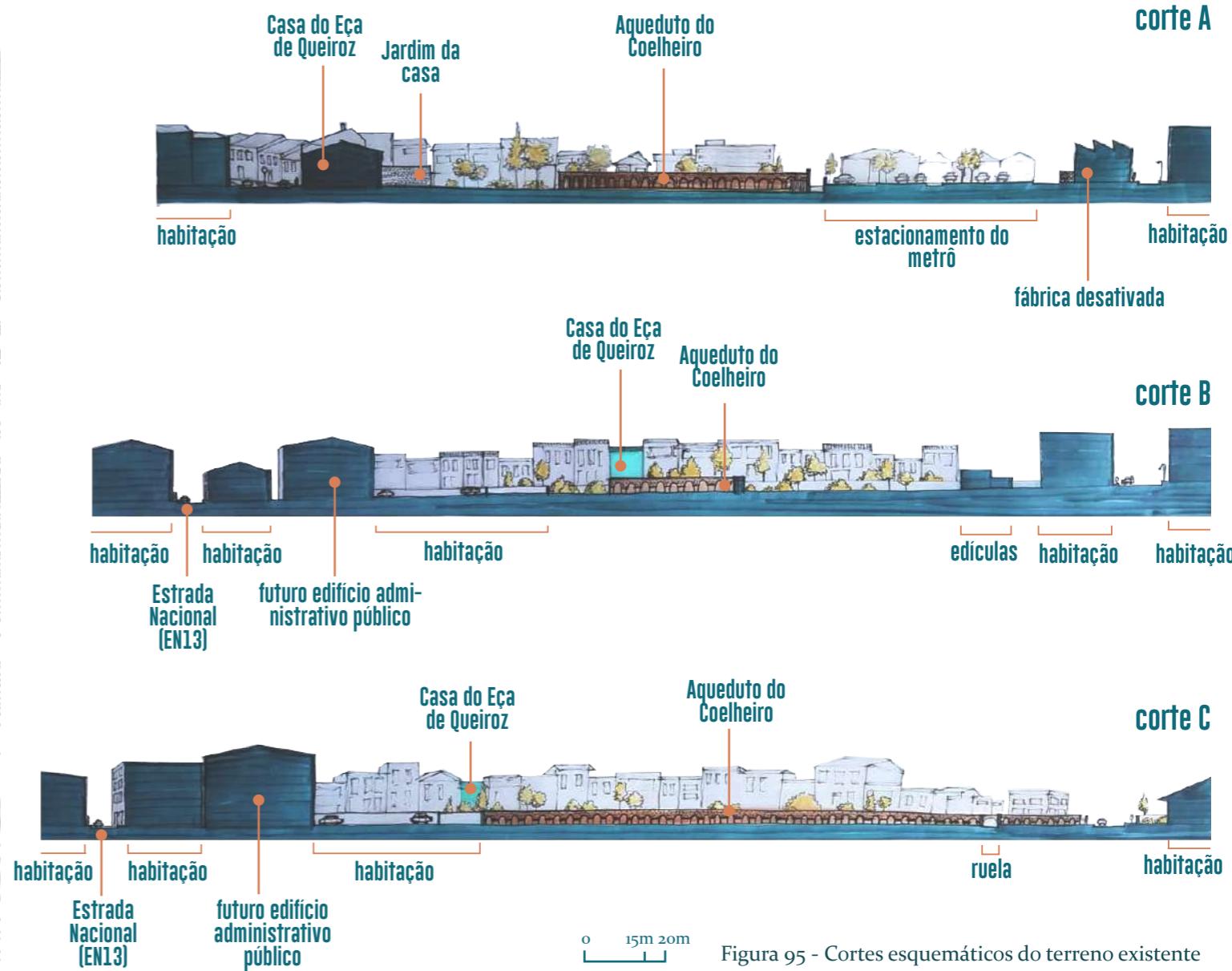
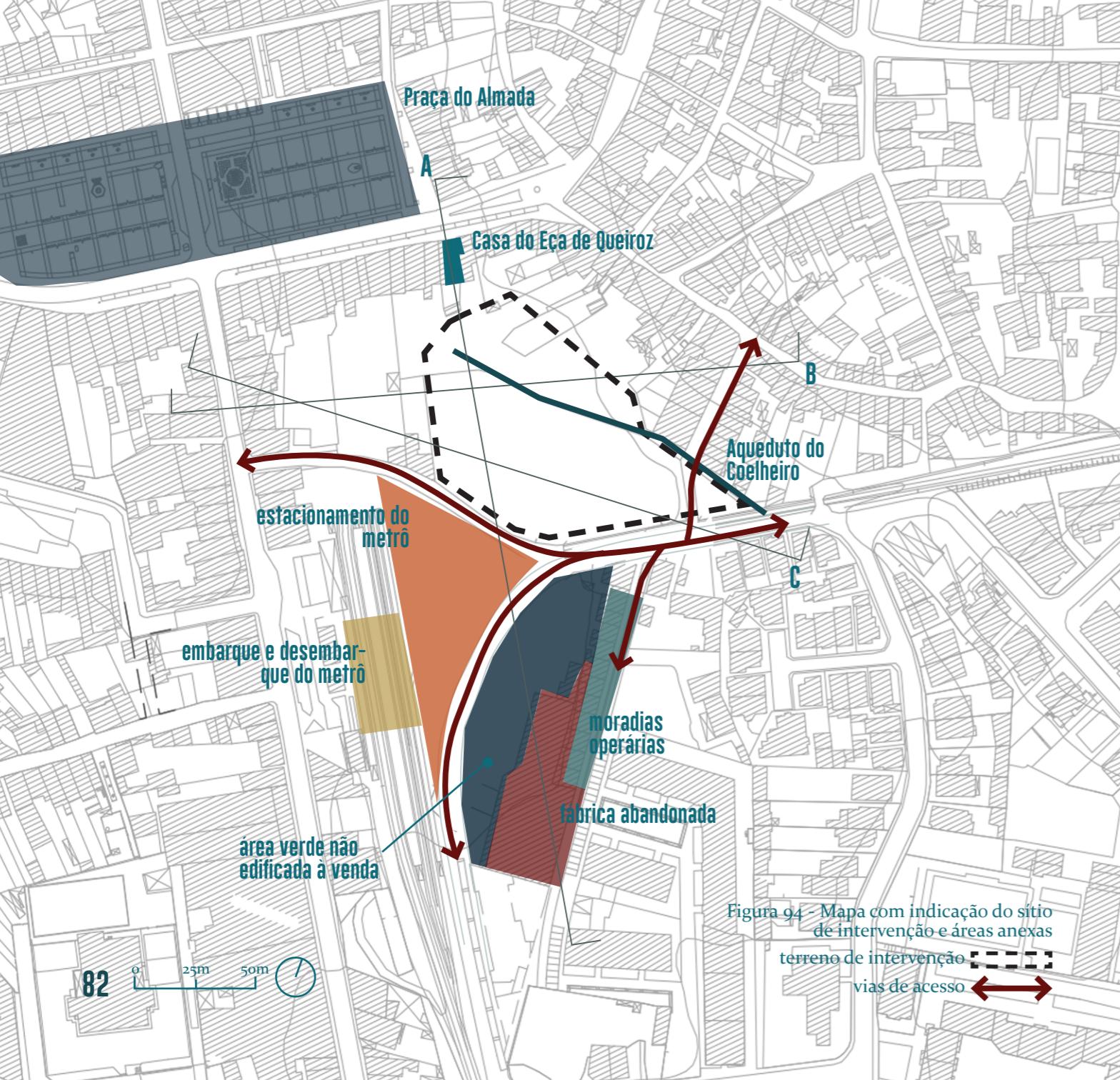
Figura 92 - Praça que abriga a Fonte, localizada no canto esquerdo do espaço



Figura 93 - Fonte da Bica

## Fonte da Bica

## Sítio e áreas anexas



# PROPOSIÇÃO

- Diretrizes e partido
- Programa e acervo
- Implantação
- Usos e percepções do espaço público
- Percursos e enquadramento da paisagem
- Materialidade



Figura 96 - Implantação do Museu



Algumas diretrizes se tornam necessárias para o entorno imediato do terreno de intervenção, se considerarmos que o Museu valorizará o território e chamará atenção do mercado imobiliário. Para diminuir a gentrificação que caracterizaria processo natural na área, é proposto, no local da fábrica abandonada e espaço verde ocioso, a construção de habitação social, e um equipamento com função também social, voltado à terceira idade ou à pessoas com deficiência mental, visto que o próprio Plano de Urbanização de Póvoa de Varzim reconhece a grande carência que a cidade possui nesse contexto. A área verde deverá se caracterizar como extensão daquela proposta pelo novo Museu, indo ao encontro do Plano Diretor Municipal que reconhece essa outra carência na área urbana, estabelecendo como meta, a grande ampliação dessas áreas.

O estacionamento do metrô, seguindo uma tendência do município, será subterrâneo, com a duplicação do número de vagas, considerando a nova demanda que o Museu criará. Na sua área atual, na superfície, será criada uma praça, de modo a fortalecer a conexão entre área de desembarque do metrô e o Museu.



Figura 98 - Mapa das diretrizes de implantação

- áreas a serem edificadas
- relações a serem estabelecidas

- 1 ÁREA COMO ESPAÇO VERDE, Praça para a Cidade
- 2 ARTICULAÇÃO ENTRE Praça, Ruas e Metrô
- 3 AQUEDUTO COMO MONUMENTO
- 4 RELAÇÃO COM ENTORNO EDIFICADO
- 5 PROPOSIÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Partindo do princípio de que deve-se projetar mais que um museu, mas sim um grande espaço verde para a cidade, e após o estudo dos fluxos pretendidos para o terreno, se estabeleceu que o Aqueduto deve ganhar protagonismo no espaço, de modo que a arquitetura proposta não ofusque o patrimônio preexistente, mas sim, o valorize. Para tanto, o Museu implanta-se por meio de dois volumes edificados, um em cada lado do Aqueduto. Eles foram distanciados fisicamente do Aqueduto, para melhor leitura e compreensão da estrutura secular. Posteriormente, buscou-se estudar a área edificada do entorno, e constatou-se que a fachada dos fundos das casas que utilizam o Aqueduto como muro tem valor arquitetônico que justifique o Museu também expor essa paisagem. Por fim, o Museu não apoia-se nos limites do seu terreno, utiliza a área central do terreno para sua implantação, permitindo o fluxo ao redor dos edifícios, e prevendo a possibilidade da mudança de uso dessas residências limítrofes e a possível abertura desses lotes para o terreno do Museu.

## Programa

O Museu se desdobra a partir de um percurso, e, em cima dele, o programa proposto se configura. Após um estágio de férias, no presente ano, ter sido realizado no Museu Municipal de Etnografia e História de Póvoa de Varzim, algumas questões foram levantadas. O entendimento do funcionamento interno de um museu possibilitou uma reflexão acerca das relações, principalmente espaciais, entre os ambientes. A partir da distribuição do programa ao longo do dia e dos tipos de circulação (restrita aos funcionários ou aberta ao público) que o Museu abarca, uma planta que prioriza a otimização funcional do espaço e possibilita uma leitura sensível foi desenvolvida.

## exposição

**Área expositiva  
Bilheteria  
Loja do Museu**

reserva técnica

Marcenaria  
Carpintaria  
Acervo técnico  
Laboratório de Restauro

## biblioteca

Recepção  
Acervo bibliográfico  
Área de estudos individuais  
Salas de estudo em grupo  
Administração  
Reserva técnica  
Banheiros  
Café

# administração

Diretoria  
Gerência financeira  
Secretaria  
Sala de Reuniões 1  
Sala de Reuniões 2  
Depósito  
Banheiros  
Copa  
Segurança  
Sala de controle

# auditório

Auditório  
Sala multimídia  
Apóio de palco  
Banheiros  
Foyer

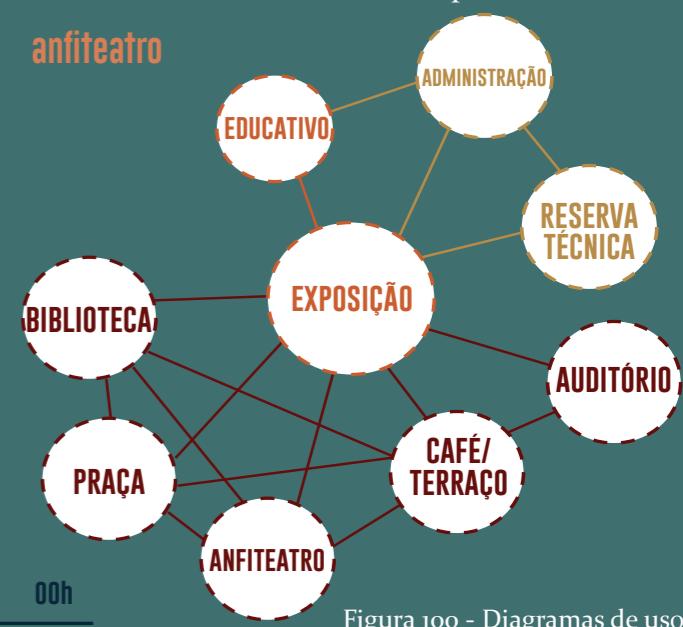
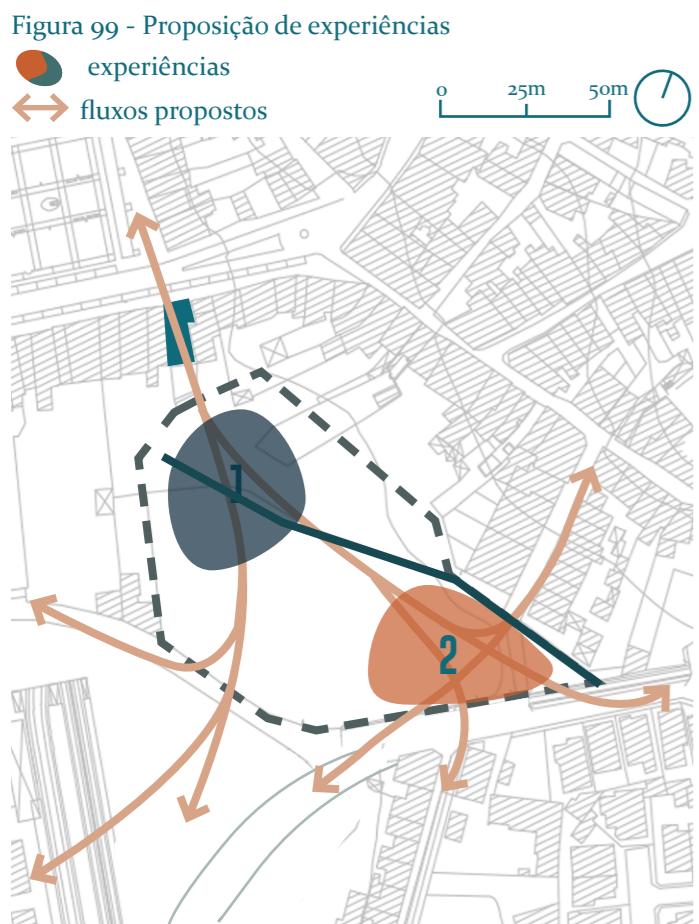


Figura 100 - Diagramas de uso e circulação dos espaços

restritos aos funcionários  
abertos ao público mas com alto fluxo  
de funcionários  
abertos ao público



## Acervo

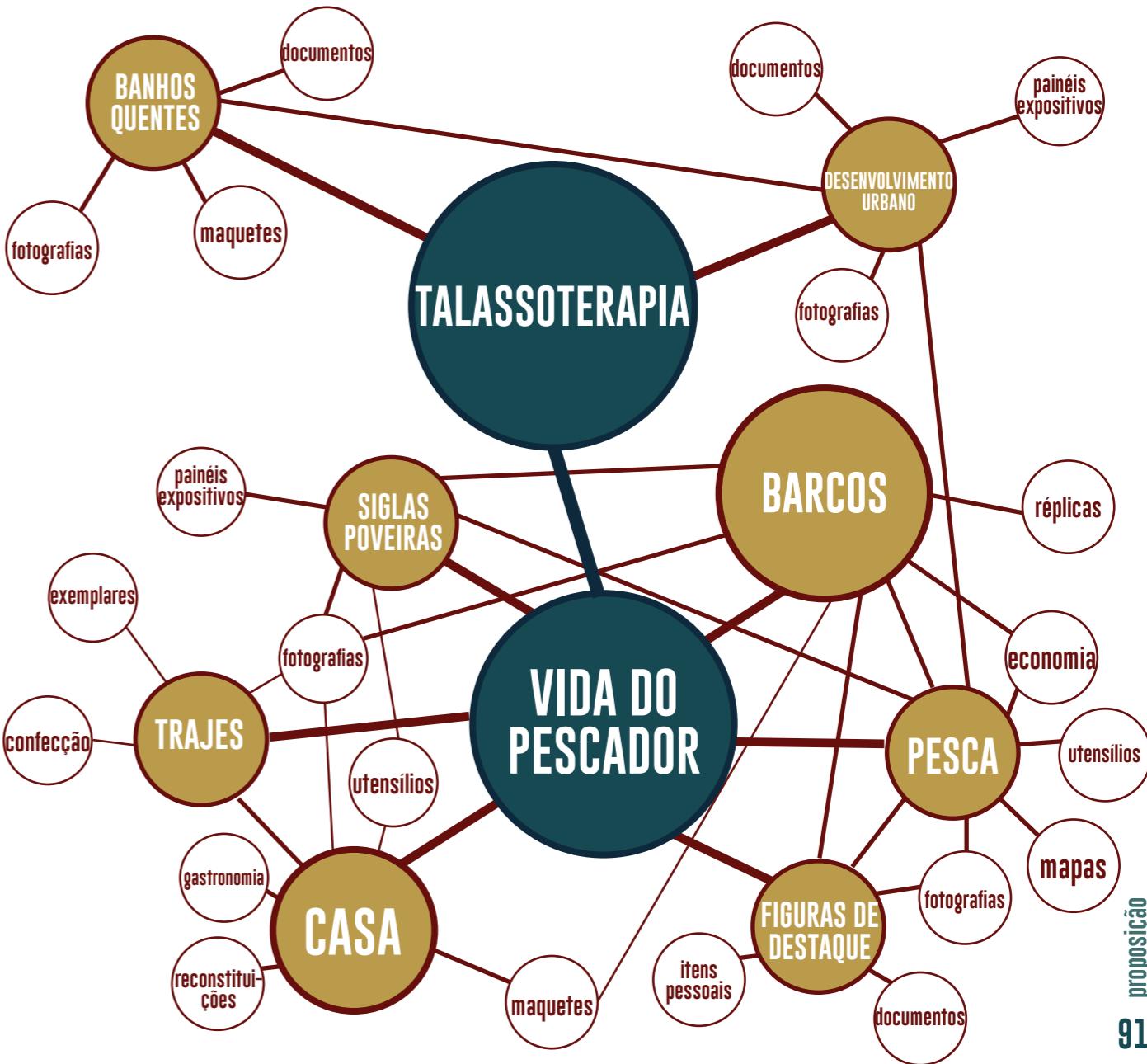
Com a intenção de reconstituir e informar sobre a histórica relação da cidade com a água, o acervo do Museu proposto deverá ser adquirido a partir do existente no Museu Municipal de Etnografia e História de Póvoa de Varzim e de itens da Biblioteca Municipal.

Do Museu Municipal, que encontra-se saturado de itens do acervo, serão adquiridos os que girem em torno da vida do pescador, abordando temas como os trajes tradicionais, a casa e seu modo de morar, as siglas poveiras (que constituem um sistema gráfico de identificação piscatório local), a pesca como atividade, as figuras de destaque dessa história, as réplicas dos barcos e suas maquetes. Entretanto, os objetos correspondentes à talassoterapia praticada no município, como maquetes, fotografias e documentos também deverão ser utilizados pelo Museu da Água para a reconstituição de outra parte da história da cidade. Por se tratar de um período histórico recente, o período que caracteriza a cidade como estância balnear possui pequena diversidade de itens a serem expostos, mas pode ser exposto a partir de uma expografia que divulgue estudos urbanísticos, conte com maquetes, fotografias, ou documentos.

Da Biblioteca Municipal, deverá ser adquirido o existente “Arquivo Local”, que reúne documentos, livros e estudos acadêmicos sobre a história de conformação e desenvolvimento da cidade de Póvoa de Varzim, que, como pôde ser visto, nunca se dissociou da presença do mar.

Devido à especificidade de alguns itens que serão abrigados e expostos nesse novo Museu, como os barcos locais restaurados de grandes dimensões, uma expografia particular foi elaborada. A promoção de leituras dos grandes objetos por diferentes pontos de vista estimula o uso múltiplo das áreas de circulação do Museu, tornando-as também áreas expositivas.

Figura 100 - Diagrama da sistematização do acervo



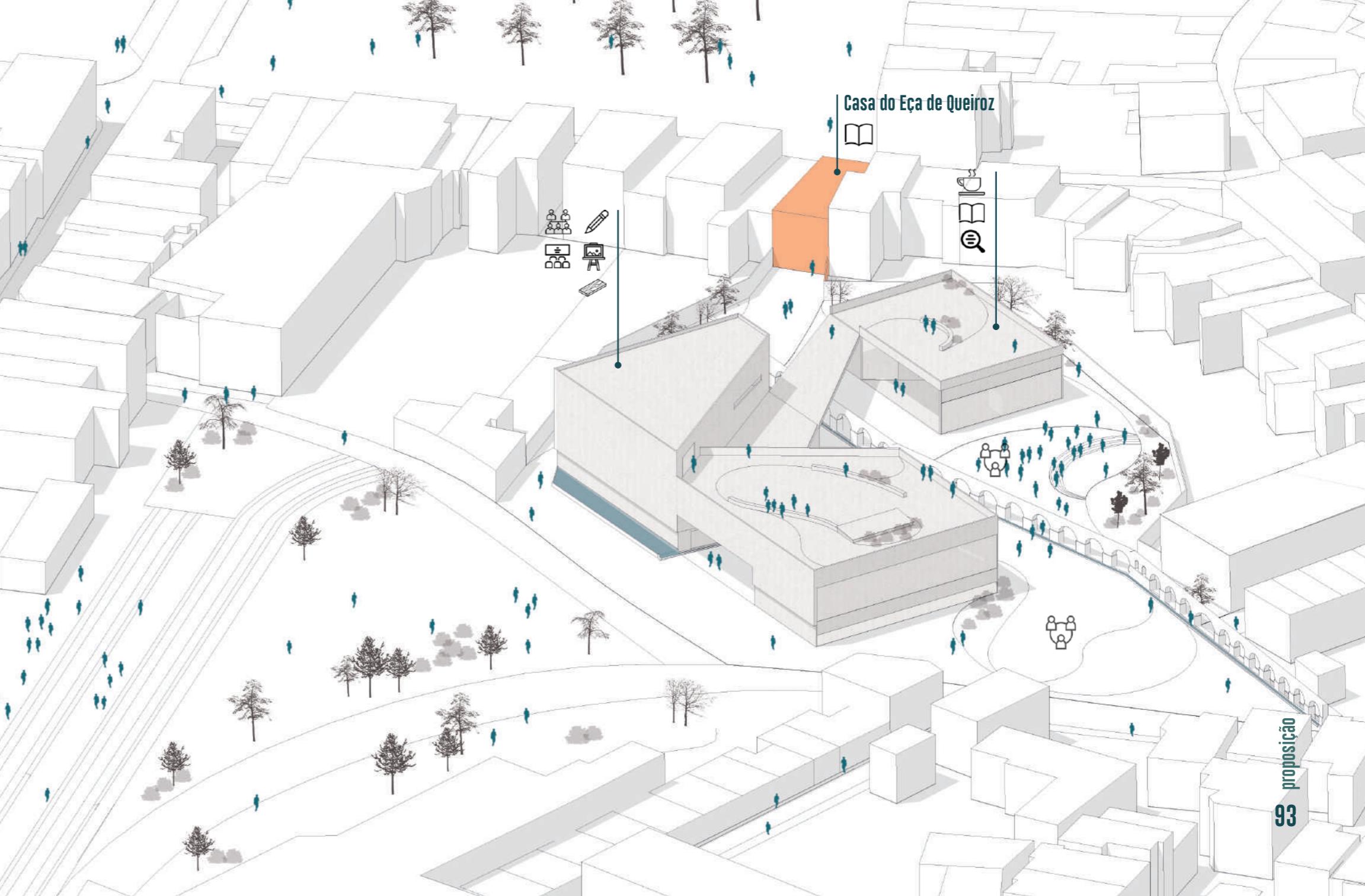
## Implantação

O Museu se desdobra, então, em dois blocos paralelos ao Aqueduto. O pavilhão menor abriga a biblioteca para pesquisa local e um café. A biblioteca, apesar de não ter administração sob os cuidados do Museu da Água, possui espaços que prevêem exposições temporárias que se relacionem ou integrem as do Museu, como é o caso do seu terraço, um espaço de exposições ao ar livre.

Já o outro bloco abriga maior parte da área expositiva, e também administração, reserva técnica, marcenaria, setor educativo, e auditório no subsolo.

É sabido que, para permitir a conexão entre a praça do Museu da Água e a Praça do Almada, o projeto prevê a transformação da Casa de Eça de Queiroz em um centro literário, visto que Póvoa de Varzim se candidatou, este ano, a ser a Cidade Criativa da UNESCO, na área da literatura.

Figura 101 - Diagrama de implantação, sem escala



## Usos e percepções do espaço público

Tema deste museu, a água realiza um percurso no terreno por meio de uma estreita canaleta de pedra que acompanha o Aqueduto ao longo de sua extensão, ressaltando a linearidade da estrutura secular e sua presença no espaço. A apreensão visual da água no Museu se dá pelo espelho d'água que se faz presente na fachada sul, e o contato sensorial, através do som, instiga a percepção espacial deste elemento.

A praça que se configura no espaço externo do edifício possui pouca vegetação arbórea e arbustiva, mas possui grandes áreas cobertas por gramíneas, fazendo referência ao uso do espaço verde e público observado nessa realidade europeia, com clima e vegetação específicos.

Um anfiteatro é posicionado em uma área mais resguardada dos principais fluxos do terreno e seu entorno, mas próxima à biblioteca, de modo a complementar as atividades que essa instituição abarca. Este espaço de encontro, de certa forma informal, é importante na promoção de eventos que constituam a agenda cultural das instituições propostas, principalmente no que se refere à eventos literários, como Póvoa abriga anualmente.

O limite entre interior e exterior aqui é tensionado. As percepções do espaço público externo continuam se desenvolvendo no espaço interno da edificação. Para isso, um percurso expográfico foi elaborado na concepção do projeto.

Figura 102 - Uso do espaço público (ponto A)



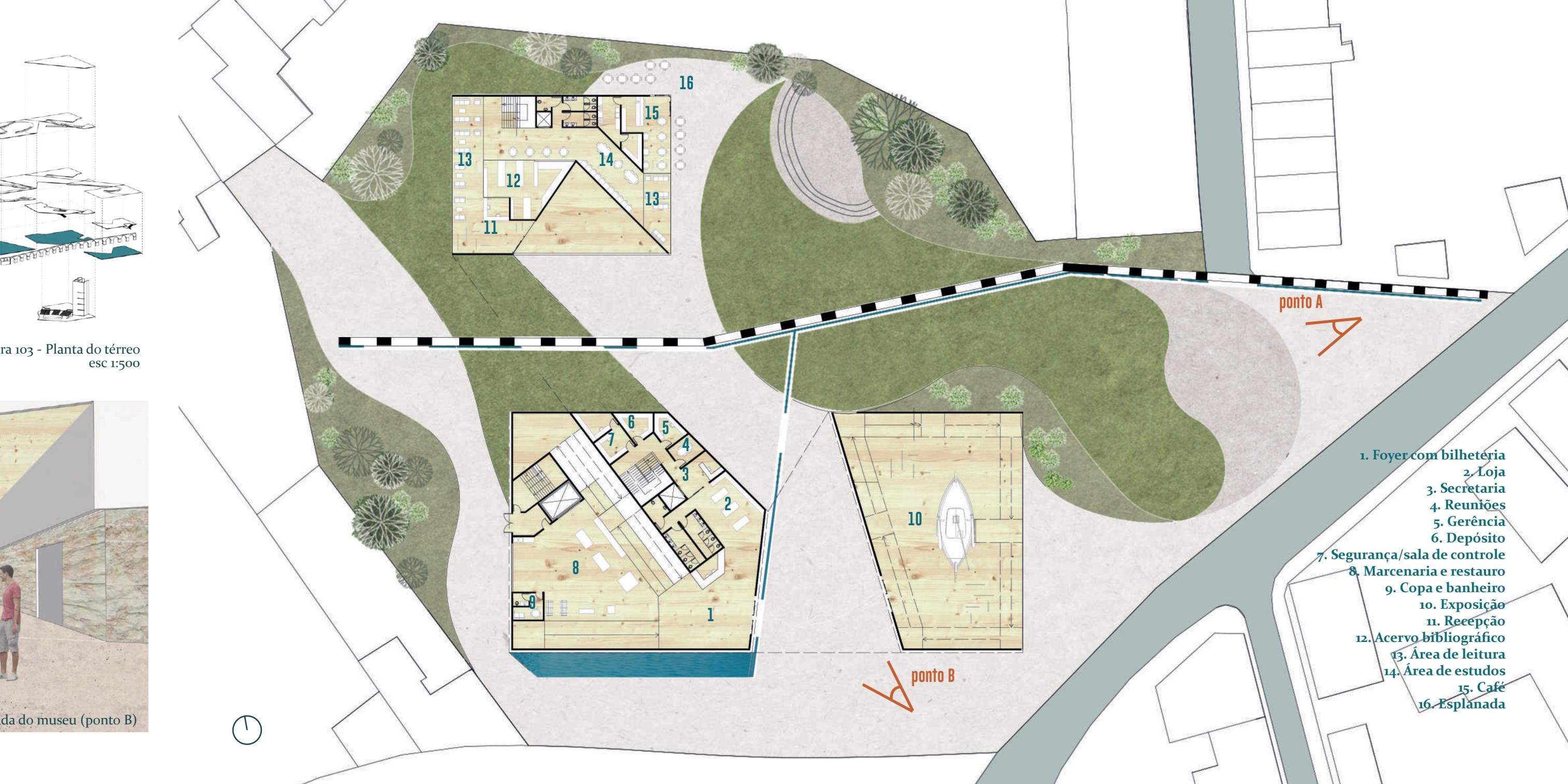


Figura 104 - Vão do pavilhão, enquadramento do aqueduto e entrada do museu (ponto B)



Figura 103 - Planta do térreo  
esc 1:500

## Percursos e enquadramento da paisagem



Figura 105 - Área de exposição e circulação (ponto C)

O percurso do Museu se inicia no ambiente que abriga os grandes barcos do acervo. O ambiente se desenvolve ao longo de uma rampa que circunda o barco localizado no centro do ambiente. Este barco, um exemplar da “lancha poveira”, típico da cidade, se encontra na marina da cidade e não é abrigado atualmente, apesar de ter recebido um restauro recentemente. A rampa se transforma em área expositiva, já que a leitura do barco no centro do ambiente se dá em diversos ângulos e distâncias. Ao longo do museu, a mesma solução é adotada. As circulações verticais do público visitante se dão essencialmente por meio de rampas.

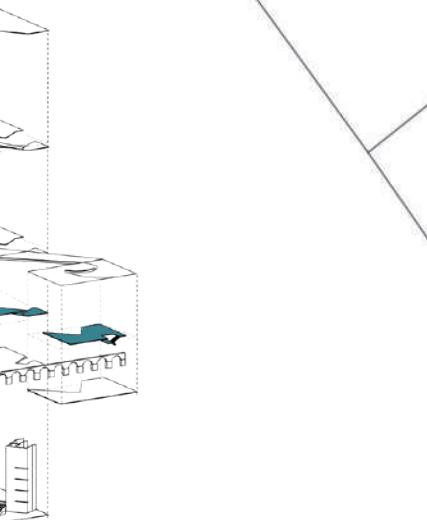


Figura 106 - Planta do primeiro pavimento  
esc 1:500



- 1. Exposição
- 2. Educativo
- 3. Depósito
- 4. Reuniões
- 5. Administração
- 6. Diretoria
- 7. Cozinha e copa
- 8. Salas de estudo em grupo
- 9. Área de leitura
- 10. Reserva técnica
- 11. Escritório

Paralelamente, há a circulação vertical da área administrativa e a circulação vertical de emergência, segundo as normas portuguesas dos bombeiros consultadas

Durante o percurso proposto, aberturas nas paredes externas do edifício são feitas, de modo a enquadrar a paisagem e seus elementos. O Aqueduto é o principal objeto a ser enquadrado, mas a cidade que se constitui ao seu redor também é revelada e valorizada.

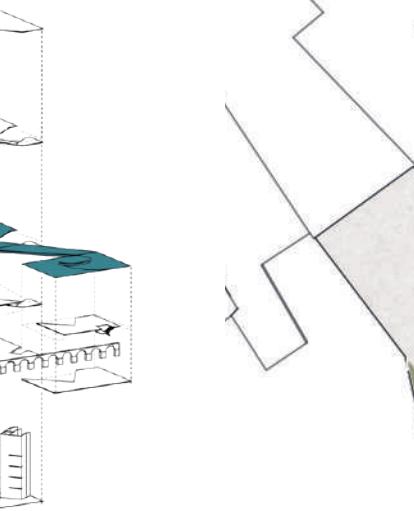
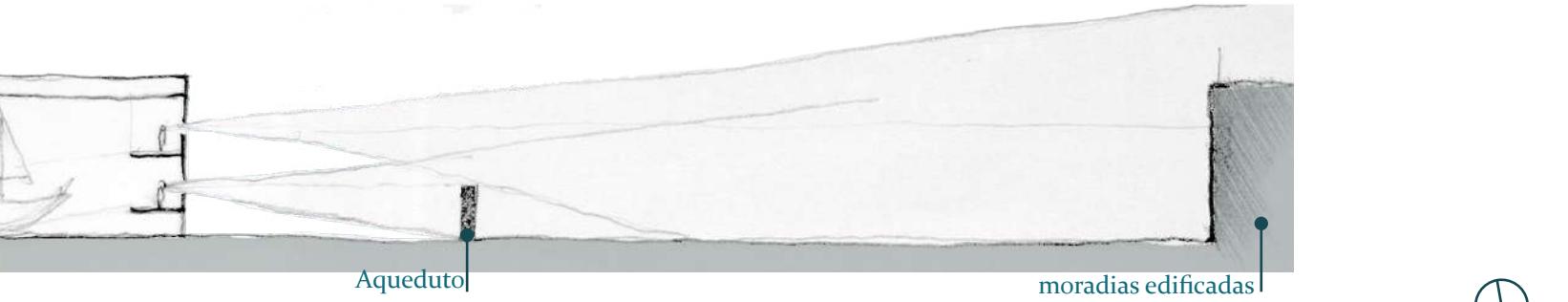


Figura 107 - Planta do segundo pavimento  
esc 1:500





Figura 108 - Planta do terceiro pavimento  
esc 1:500

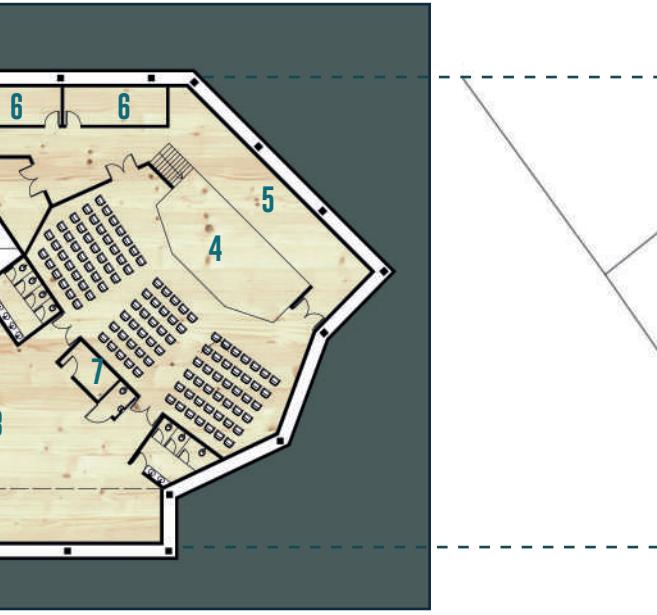
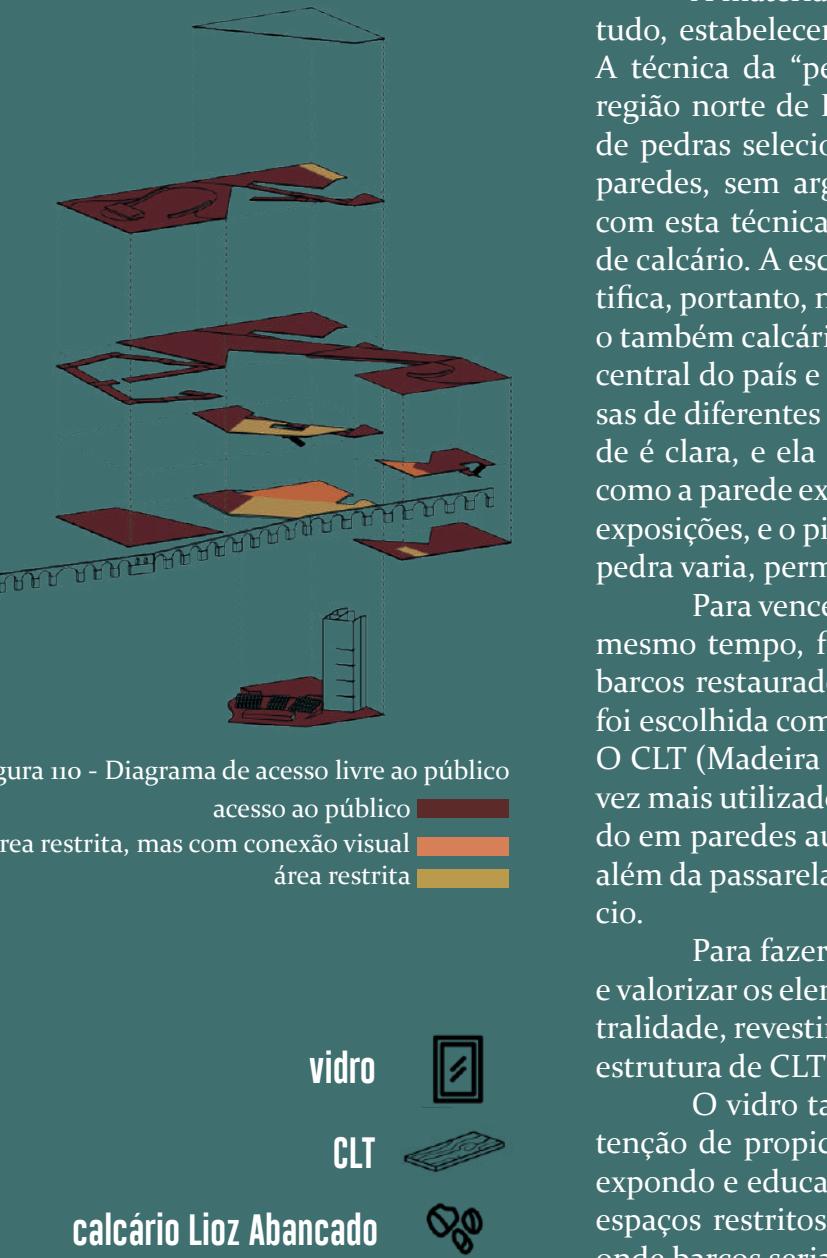


Figura 109 - Planta do auditório (subsolo)  
esc 1:500

O auditório proposto no subsolo do edifício tem capacidade para 120 pessoas. As paredes diafragma representadas são previstas devido ao baixo nível do lençol freático da região.



# Materialidade



UOL - Diagrama de acesso livre ao público

O gráfico de barras horizontal ilustra a frequência de uso de três tipos de passarelas:

- acesso ao público**: A barra é preta e extende-se por quase a totalidade da largura da escala.
- restrita, mas com conexão visual**: A barra é laranja e cobre aproximadamente a metade da escala.
- área restrita**: A barra é amarela e é a menor das três.

Para fazer

e valorizar os elementos de centralidade, revestimento e estrutura de CLT.

**calcário Lioz Abancado**

e do edifício procura, acima de  
ções com o entorno edificado.  
solta” é muito utilizada nessa  
gal, e consiste na justaposição  
as para construção de muros e  
ssa. O aqueduto é construído  
ipõe-se que suas pedras sejam  
da pedra como material se jus-  
contexto. A pedra selecionada é  
z Abancado, extraída na região  
o utilizada em obras portugue-  
s arquitetônicos. Sua tonalida-  
izada em diferentes situações,  
do andar térreo do pavilhão de  
terreno. O acabamento dado à  
o, assim, ambos os usos.

vãos propostos no projeto, e, ao referência à materialidade dos expostos no Museu, a madeira mento estrutural e de vedação. nada Cruzada), original e cada contexto europeu, foi emprega- rtantes, no piso e suas vigotas, conecta os dois blocos de edifí-

ência à arquitetura portuguesa  
os escolhidos, por meio da neu-  
os brancos foram adicionadas à  
achadas.

m é muito utilizado, com a intensificação da conexão visual entre espaços, o público a respeito do uso dos materiais e a marcenaria, por exemplo, restaurados.

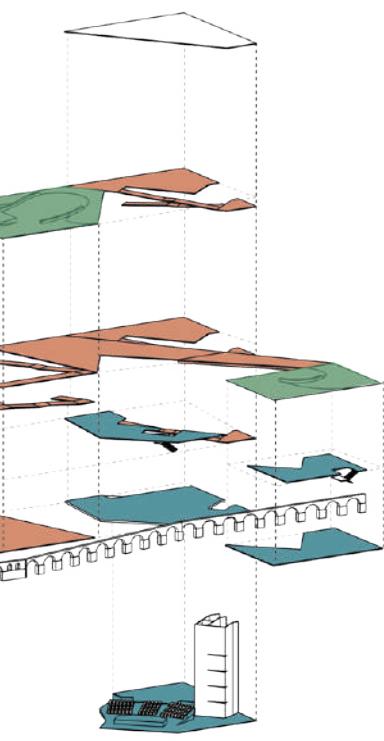


Figura 111 - Diagram

usos espec

área exposi

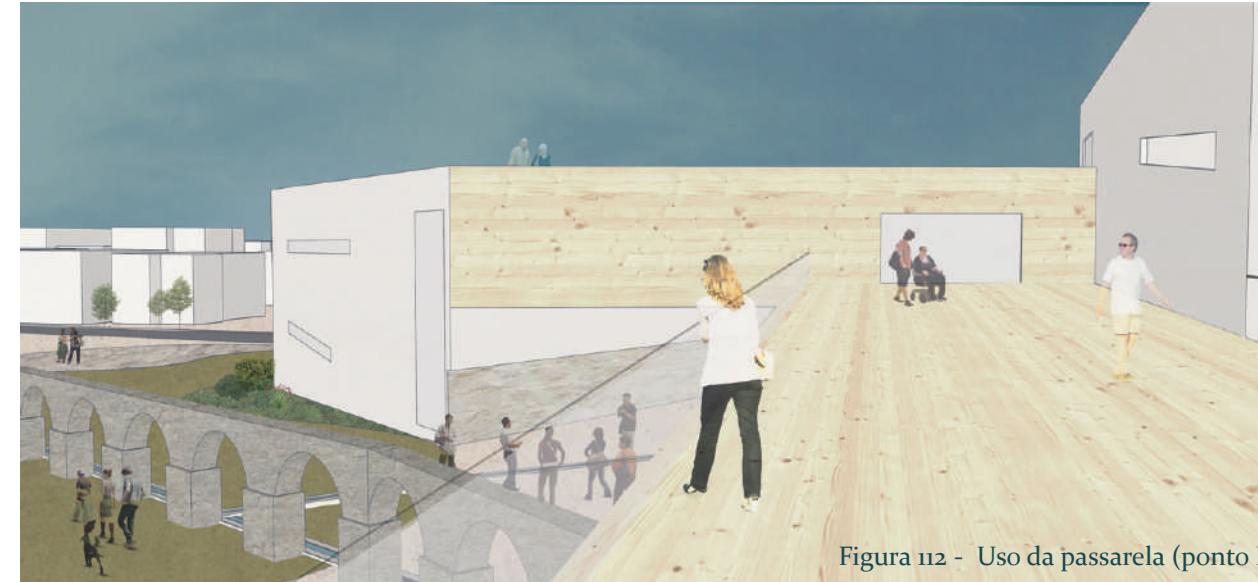


Figura 112 - Uso da passarela (ponto)



Figura 113 - Implantação  
esc 1 : 1000



# REFERÊNCIAS

## Referências Bibliográficas

AMORIM, Sandra. *Vencer o mar, ganhar a terra – construção e ordenamento dos espaços na Póvoa pesqueira e pré-balnear*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2004.

ANTUNES, Manuel. Do turismo aos museus, com passagem pela cultura. In: **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, Vol. 7, Dossiê n.3, p.268-280, dez. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2WVtwwA>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

ARANTES, Otilia. Os novos museus. In: **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 31, p.161-169, 1991. Disponível em: <<http://200.18.252.196:8080/pergamonweb/vinculos/000001/000001b4.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

ARANTES, Pedro. O grau zero da arquitetura na era financeira. In: **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n.80, p.175-195, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2lINfMp>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2017. Introdução, Cap. IV e VI.

CHOAY, Françoise. **As questões do património: antologia para um combate**. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2011.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: EDIÇÕES 70, 1983.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários de Bruno Bralon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE MUSEUS CASA, 1., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos do Primeiro Encontro Luso Brasileiro de Museus Casa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2HY1dFl>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GONÇALVES, Alexandra. Museus e turismo - que experiências? Breve reflexão. In: **Boletim ICOM Portugal**. Série II, nº 4. 2009. Disponível em: <[http://icom-portugal.org/multimedia/info%20II-4\\_mar-maio09.pdf](http://icom-portugal.org/multimedia/info%20II-4_mar-maio09.pdf)>. Acesso em: 28 mai. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (Portugal). **Definição: Museu**, 2015. Disponível em: <<http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>> . Acesso em: 06 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Declaração de Quebec: Princípios de Base de uma Nova Museologia - 1984. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 15, p. 223-225, 1999. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Mesa-Redonda de Santiago do Chile - 1972. **Cadernos de Sociomuseologia**, vol. 15, n. 15, p. 111-121, 1999. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335>> . Acesso em: 24 mai. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos**. IBRAM: Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LIMA, Zeuler Rocha Mello de Almeida. **A cidade como espetáculo: arquiteto no paradoxo da estetização da cultura contemporânea**. 2000. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MACHADO, Nelson Silva. **Turismo e urbanismo: uma relação (des)conhecida na Póvoa de Varzim**. 2012. Dissertação de Mestrado - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

MONTANER, Josep Maria. **Museus para o século XXI**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

MONTANER, Josep; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. Barcelona: Editora G.Gili, 2017. p. 113 a 169.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de Museologia Social. **Cadernos de Sociomuseologia**, vol. 1, n. 1, p. 7-9, 1993. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

PEREIRA, Daniel. **Coesão Urbana: Regeneração, Reabilitação e Revitalização. O caso da Póvoa de Varzim e o contributo do verde urbano**. 2012. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/81679>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

VALÉRY, Paul. **Eupalinos ou o Arquiteto**. São Paulo: Editora 34, 1999.

VASCONCELOS, Gustavo. Modos de habitar uma vila balnear. In: **História da arquitetura: perspectivas temáticas**, Porto, p. 263-287, 2018. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16647.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2019.

